

**Banco do  
Nordeste**

---



# FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE

## FNE

Relatório de Atividades e Resultados  
2003

Fortaleza, maio de 2004

---

# SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	7
3. A NOVA ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DO BNB E O FNE.....	8
4. ESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO.....	10
5. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL.....	11
6. ALAVANCAGEM DAS APLICAÇÕES DO FNE.....	11
7. CONTEXTO MACROECONÔMICO EM 2003.....	12
8. DESEMPENHO OPERACIONAL E RESULTADOS.....	12
8.1. Contratações Globais e Aspectos Financeiros.....	12
8.2. Repercussões Macroeconômicas das Aplicações do FNE.....	18
8.3. Contratações Setoriais.....	19
8.3.1. Setor Rural e Agroindustrial.....	19
8.3.1.1. Contratações na Região Semi-Árida.....	24
8.3.1.2. Contratações em Zonas Monocultoras.....	25
8.3.2. Setores Industrial, Turismo, Comércio e Serviços.....	26
8.3.3. Valores Programados x Valores Realizados (por programa).....	28
8.3.4. Pólos de Desenvolvimento Integrado.....	29
8.4. Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE.....	32
8.4.1. Contratações por Estado.....	32
8.4.2. Contratações no Semi-Árido e Fora do Semi-Árido.....	35
8.4.3. Contratações por Porte de Beneficiário.....	37
8.4.4. Contratações por Prioridade Econômica.....	39
9. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL.....	40
9.1. Inadimplemento das Operações.....	43
10. RECOMENDAÇÕES DO PARECER DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – OFÍCIO Nº 06/GFC/DFD.....	45
11. ANEXOS.....	48

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - FNE 2003 - Desempenho Operacional e Propostas em Carteira .....	14
Tabela 2 - FNE 2003 - Prospecção de Negócios .....	15
Tabela 3 - FNE 2003 - Demonstrativo do Patrimônio Líquido.....	16
Tabela 4 - FNE 2003 - Ingressos Mensais de Recursos .....	16
Tabela 5 - FNE 2003 - Demonstrativo das Variações das Disponibilidades.....	17
Tabela 6 - FNE 2003 - Repercussões Econômicas das Contratações – Nordeste .....	18
Tabela 7 - FNE 2003 - Participação Setorial nas Aplicações do FNE .....	20
Tabela 8 - FNE 2003 - Distribuição das Aplicações.....	21
Tabela 9 - FNE 2003 - Contratações por Atividades Agropecuárias .....	22
Tabela 10 - FNE 2003 - Importância da Pecuária.....	22
Tabela 11 - FNE 2003 - Contratações por Atividades Agropecuárias - Região Semi-Árida.....	24
Tabela 12 - FNE 2003 - Participação do FNE nas Monoculturas .....	26
Tabela 13 - FNE 2003 - Setor Industrial, Comércio, Serviços e Turismo - Desempenho Operacional .....	27
Tabela 14 - FNE 2003 - Aplicações Programadas e Realizadas, por Setor e Programa .....	28
Tabela 15 - FNE 2003 - Aplicações nos Pólos de Desenvolvimento Integrado.....	31
Tabela 16 - FNE 2003 - Aplicações Agropecuárias Totais X Aplicações nos Pólos.....	32
Tabela 17 - FNE 2003 - Demanda de Recursos por Estado .....	33
Tabela 18 - FNE 2003 - Contratações por Estado e por Setores .....	34
Tabela 19 - FNE 2003 - Contratações do FNE em Relação à População e ao PIB dos Estados .....	35
Tabela 20 - FNE 2003 - Contratações Acumuladas do FNE no Semi-Árido e em Outras Áreas.....	36
Tabela 21 - FNE 2003 - Contratações no Semi-Árido e em Outras Áreas .....	37
Tabela 22 - FNE 2003 - Contratações por Categorias de Beneficiários e Setores.....	38
Tabela 23 - FNE 2003 - Contratações por Prioridades Econômicas .....	39
Tabela 24 - FNE 2003 - Operações Renegociadas em 2003 .....	41
Tabela 25 - FNE 2003 – Saldos em Atraso por Porte do Beneficiário .....	44
Tabela 26 - FNE 2003 – Saldos em Atraso por Setor.....	44
Tabela 27 - FNE 2003 – Saldos em Atraso por Faixa de Valor .....	45
Tabela 28 - FNE 2003 - Faixas de Atraso, Parcelas Vincendas e Parcelas Vencidas .....	47

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - FNE - Ingressos Mensais de Recursos - 2003.....	17
Gráfico 2 - FNE - Contratações nos Pólos por Setor - 2003.....	31
Gráfico 3 - FNE 2003 - Contratações por Categoria de Beneficiários .....	38
Gráfico 4 - Cobrança Judicial - Evolução Mensal - 2003.....	42
Gráfico 5 - Cobrança Judicial - Por Fonte - 2003.....	43

## 1. APRESENTAÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil encaminha ao Ministério da Integração Nacional o **Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE**, relativo ao exercício de 2003. O presente relatório procurou contemplar as recomendações constantes do Parecer nº 06/GFC/DFD, de 25.11.2003, desse Ministério.

Em fevereiro de 2003, a atual Diretoria do Banco do Nordeste foi empossada, estabelecendo de imediato uma série de ações – primeiro em caráter emergencial e num segundo momento por meio de planejamento participativo – que refletem a mudança da política de atuação da empresa. As ações tomaram como base uma completa reestruturação organizacional, que buscou proporcionar maior agilidade ao processo decisório, atender às necessidades de segregação de determinadas funções, integrar atividades de mesma natureza, eliminar superposição de atividades e aumentar a integração do Banco com o mercado.

Entre as novas diretrizes estabelecidas em 2003, destacou-se a dinamização das contratações do FNE. Como resultado da prioridade dada à utilização dos recursos do Fundo – principal fonte de recursos voltada para o financiamento da produção –, foi contratado, no período, o montante de R\$ 1,019 bilhão. Ressalte-se que este valor, se por um lado foi mais de quatro vezes superior ao registrado no ano anterior, por outro ainda não representa todo o potencial de investimento na Região. As contratações na região semi-árida, por sua vez, registraram seu melhor desempenho nos últimos quatro anos, chegando a 52,9% do total de beneficiários dos recursos do FNE no exercício.

Destaque-se, ainda, o montante de recursos destinado à agricultura familiar: foram contratados R\$ 154,5 milhões nos vários segmentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mais de um terço do total voltado para o setor rural, o mais beneficiado pelos recursos do Fundo.

A mudança de diretrizes em relação ao FNE envolveu um esforço não só de contratação, mas também de recuperação dos recursos aplicados. Em 2003, o BNB criou o Ambiente de Recuperação de Crédito, responsável por elaborar e implementar iniciativas que ofereçam soluções corporativas e maior celeridade e eficiência à renegociação desses créditos. No ano, foram recuperadas e renegociadas operações no valor de R\$ 405,8 milhões, 57% do total registrado pelo Banco.

Fruto do esforço articulado do BNB junto aos agentes econômicos, aos governos estaduais e prefeituras, o desempenho de 2003 demonstrou a existência de demanda reprimida de projetos e a expectativa de ampliação das aplicações do FNE para 2004, acompanhando a expansão da economia. O crescimento esperado encontra respaldo na programação do Fundo, elaborada

em conjunto com o Ministério da Integração Nacional. A programação visou à ampliação das condições de financiamento, dentre elas a possibilidade de aquisição isolada de matéria-prima e insumos, a elevação dos limites de financiamentos, adequação de prazos e carências dos programas e alteração do limite para capital de giro associado.

Com essas iniciativas, o BNB devolve ao FNE sua devida representatividade no fomento ao desenvolvimento do Nordeste, ao mesmo tempo em que disponibiliza seus vários mecanismos de estruturação desse desenvolvimento – a exemplo dos estudos, pesquisas sócio-econômicas e inovações tecnológicas adaptadas às condições da Região, particularmente do semi-árido, desenvolvidas e apoiadas pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) – para potencializar a aplicação dos recursos do Fundo.

## 2. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. As operações contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, em 2003, alcançaram o montante de R\$ 1,019 bilhão, beneficiando 117.313 produtores e empresas.
2. Em termos de demanda por recursos, ao final de 2003, tinha-se um estoque de propostas em carteira no valor de R\$ 686,0 milhões, e ainda uma prospecção de negócios da ordem de R\$ 1,3 bilhão.
3. Os pequenos e médios empreendedores representaram 99,5% do total dos beneficiários e receberam 42,7% dos créditos concedidos, fruto dos esforços contínuos do Banco do Nordeste do Brasil no sentido de ampliar o acesso ao crédito, evidenciando o estabelecimento de prioridade ao segmento produtivo de pequeno porte.
4. Estima-se, como resultado dos projetos financiados durante o ano, um acréscimo anual do produto (valor agregado) regional da ordem de R\$ 1,327 bilhão. As estimativas têm por base o Modelo Econométrico de Insumo-Produto do Nordeste, utilizado pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE.
5. De igual modo, estima-se que as contratações com os recursos do FNE serão responsáveis pela geração de cerca de 561.893 novas oportunidades de trabalho (diretas e indiretas), ao custo unitário de R\$ 1.813,82 considerada a relação valor contratado/emprego total (diretos + indiretos).
6. Os resultados acima indicam produtividades setoriais médias da mão-de-obra, dadas pela relação valor agregado/empregos diretos e indiretos, da seguinte ordem: indústria - R\$ 7.640,64; comércio e serviços - R\$ 7.480,10; agroindústria – R\$ 4.159,51; e agropecuária - R\$ 1.384,33.
7. A maior parte dos recursos (R\$ 460,4 milhões ou 45,2% do total contratado) foi absorvida pelas atividades rurais, enquanto que o setor industrial (incluindo atividades turísticas) ficou com R\$ 442,1 milhões (43,4% do total contratado), comércio e serviços foram beneficiados com R\$ 95,6 milhões (9,4% do total contratado), e o setor agroindustrial recebeu R\$ 21,0 milhões (2,1% do total contratado).
8. Os setores rural e agroindustrial absorveram R\$ 481,4 milhões ou 47,2% do total contratado do FNE em 2003, enquanto que os setores industrial, turismo, comércio e serviços responderam por R\$ 537,7 milhões ou 52,7% do total contratado.
9. As contratações no âmbito do semi-árido atenderam a 62.069 empreendedores e empresas, ou 52,9% do total de beneficiários do FNE no corrente ano. Em termos de valores monetários, foram investidos R\$

293,2 milhões no semi-árido, o que representou o maior volume de inversões dos últimos quatro anos nesse sub-espaço.

10. As principais atividades financiadas no setor rural foram bovinocultura (R\$ 137,6 milhões), grãos (87,5 milhões), fruticultura (R\$ 57,6 milhões), carcinicultura (R\$ 54,5 milhões), culturas industriais (R\$ 44,5 milhões) e ovinocaprinocultura (R\$ 44,3 milhões). Referidas atividades absorveram, em conjunto, cerca de 92,5% dos recursos investidos no segmento rural.
11. O setor secundário registrou expressivo crescimento de aplicações do FNE em 2003 – R\$ 425,5 milhões foram investidos em complexos manufatureiros. Especificamente em termos de atividades, os bens de consumo não duráveis foram beneficiados com R\$ 391,4 milhões (particularmente as indústrias de alimentos, calçados, celulose/papel, bebidas e eletro-eletrônicos), os bens intermediários receberam R\$ 29,9 milhões (dentre os quais plásticos, transportes e minerais não-metálicos), enquanto que os bens de capital e consumo duráveis ficaram com investimentos de R\$ 4,2 milhões (indústria de mobiliário).

### **3. A NOVA ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DO BNB E O FNE**

Desde sua criação, em 1988, pela Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 159, inciso I, alínea "c" e artigo 34, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e regulamentação, em 1989, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE tem sido importante instrumento para a dinamização da economia nordestina, configurando-se como fonte adequada de financiamentos de médio e longo prazos para os setores produtivos da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e mais recentemente, Norte do Espírito Santo.

O FNE atingiu o total de R\$ 9,1 bilhões em contratações no período 1989-2003, dos quais cerca de 55,9% beneficiaram mini e pequenos empreendedores e empresas. Aproximadamente R\$ 4,3 bilhões foram investidos no semi-árido (48,1% das contratações do FNE em 1989-2003). Os pólos de desenvolvimento integrado receberam R\$ 0,5 bilhão de investimentos no período 1998 (ano de implantação da estratégia de pólos no âmbito do FNE) e 2003. O segmento rural foi beneficiado com um total de R\$ 5,8 bilhões (ou 63,6 % do total contratado pelo FNE em 1989-2003), enquanto que foram alocados R\$ 0,3 bilhão para o segmento de agroindústria (4,4% do total contratado pelo FNE em 1989-2003), R\$ 2,8 bilhões para a indústria (30,6% do total contratado pelo FNE), e R\$ 0,1 bilhão para o comércio (1,4% do total contratado pelo FNE em 1989-2003, sendo que o setor comércio passou a ser financiado pelo Fundo somente a partir de 2001).

Para o cumprimento do seu papel, responsável que é pela gestão do Fundo, é interesse prioritário do BNB buscar, de forma continuada, a qualificação do patrimônio do FNE, pela sustentabilidade da carteira de

empreendimentos financiados. Essas proposições requerem ações sistemáticas e permanentes de monitoração e avaliação dos resultados dos projetos do Banco, em articulação com a sociedade.

Nesse sentido, a nova estratégia de ação do BNB no Governo Lula parte do princípio de que desenvolvimento implica não somente crescimento econômico, mas, principalmente, progresso da sociedade organizada. Portanto, desenvolvimento significa equidade de oportunidades, justa distribuição de renda e riquezas, ampliação do acesso à infra-estrutura, serviços básicos e financiamentos, geração de empregos, além da redução das desigualdades sociais e regionais, em um ambiente de fortalecimento da democracia e de sustentabilidade ambiental.

Com isso, a atuação do Banco do Nordeste do Brasil se orienta pelo alinhamento com as políticas do Governo Federal, que integram o desenvolvimento social e regional, seguindo as diretrizes do Plano Plurianual 2004/2007, e tendo os seguintes direcionamentos estratégicos:

- Aumentar a renda *per capita* do Nordeste
- Gerar inclusão social e postos de trabalho na Região
- Reduzir as desigualdades sociais e regionais
- Expandir a cidadania
- Contribuir para a redução da vulnerabilidade externa do País

Tendo em vista a referida estratégia, entende-se que os diversos tipos de empresários e produtores rurais são parte de uma vasta rede de relações econômicas que se estabelece ao longo das cadeias produtivas e entre elas. Políticas de desenvolvimento envolvem a articulação sistêmica de grandes, médios, pequenos e micro empreendimentos.

As micro e pequenas empresas constituem o segmento que mais se resente do não-acesso aos mecanismos de crédito ou aos bancos comerciais. Dessa forma, as ações do BNB deverão ser pautadas pelo apoio prioritário aos micro e pequenos empreendimentos, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de dar sustentabilidade econômica às suas respectivas atividades. Contudo, faz-se necessário considerar o papel das empresas de grande porte enquanto estruturadoras produtivas do crescimento econômico.

Com efeito, o BNB tem buscado garantir a democratização de suas aplicações, priorizando o atendimento aos micro e pequenos produtores, sem contudo deixar de atender os médios e grandes empreendimentos, haja vista que a própria dinâmica do desenvolvimento econômico-social torna imprescindíveis os projetos de grande porte, que dão sustentação aos pequenos empreendimentos integrados à mesma cadeia produtiva.

Portanto, a inserção do Banco deve voltar-se estrategicamente para participar da remoção de barreiras impeditivas ao crescimento econômico. Contempla a expansão de financiamento de exportações, a reestruturação de

sua área de câmbio, a expansão de crédito para capital de giro das empresas investidoras e, sobretudo, a expansão e abertura do leque de financiamento de investimentos em projetos viáveis, tecnologicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis, abrangendo indústria, agropecuária, comércio e serviços, dentro da observância da estruturação de cadeias e arranjos produtivos, dispensando-se maior atenção aos setores voltados aos produtos de maior valor agregado ou unitário, bem como aos destinados a mercados mais dinâmicos.

A elevação da produtividade regional é função do apoio à construção ou fortalecimento dos serviços e de infra-estrutura econômica de suporte às atividades produtivas na Região (energia, água, transporte, etc.), e à melhoria dos serviços essenciais (educação, saúde, habitação, saneamento básico etc.), além da indução à geração e, principalmente, à difusão de tecnologias apropriadas às peculiaridades e carências do Nordeste, mediante a ampliação e o fortalecimento das bases científicas e tecnológicas.

Finalmente, sabe-se que criar ambiente favorável ao processo de desenvolvimento requer um esforço coletivo em remover gargalos produtivos, tecnológicos, logísticos ou de conhecimento impeditivos da promoção social e econômica de determinadas áreas. Nesse sentido, no papel de articulador, o BNB mantém relações institucionais com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como com a classe empresarial, organismos nacionais e internacionais, na promoção de ações conjuntas visando ao desenvolvimento da Região.

#### **4. ESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO**

A atual gestão do BNB dá ênfase ao financiamento aos setores produtivos, mas reforça a atuação creditícia com uma série de outras iniciativas que estruturam a aplicação do crédito, potencializando seus efeitos na economia regional.

Referida orientação ficou patente em 2003, com o início da formação de uma rede interna envolvendo Agências, Superintendências Regionais e Direção Geral, com o objetivo de estruturar a ação de indução do desenvolvimento, partindo de diretrizes e metodologias sintonizadas com as políticas nacionais e a realidade regional.

Como resultado, diversos avanços foram incorporados na programação do FNE para 2004, dentre eles a adequação dos prazos e carências dos programas e a ampliação do leque de setores financiáveis. Além disso, foram revistos e atualizados os normativos referentes a algumas atividades produtivas, e criados dois novos programas: Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca no Nordeste (AQUIPESCA) e PRONAF – Segmentos Semi-Árido e Pesca/Aqüicultura.

Sintonizado com a prioridade dada pelo Governo Federal às exportações e ciente do potencial de inserção do Nordeste no comércio exterior, o Banco definiu condições diferenciadas de crédito para exportadores em programas do FNE, propôs novo formato para o Programa Especial de Exportações (PEE) e realizou Encontros de Comércio Exterior (Encomex) em diversas cidades nordestinas.

O trabalho de articulação incluiu, ainda, participação no debate nacional sobre as Parcerias Público-Privadas - com negociações preliminares para projetos da espécie no Nordeste - e negociações com o BID (renovação de convênio relacionado com os Distritos de Irrigação), Banco Mundial (Programa de Infra-Estrutura Municipal) e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (cooperação técnica para fomento à agricultura regional), dentre outros.

## **5. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL**

Extrapolando o financiamento pontual, o BNB passou a implementar ação proativa nos estados e municípios, de modo a focar o crédito nas prioridades definidas para cada território dentro de sua área básica de atuação: os Estados do Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo.

Desse modo, o BNB afirma-se como efetivo parceiro dos governos e demais entidades representativas da sociedade, no esforço pelo desenvolvimento regional.

## **6. ALAVANCAGEM DAS APLICAÇÕES DO FNE**

Logo que assumiu, a Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil estabeleceu as prioridades relativas à atuação da instituição: dinamizar as aplicações do FNE, então subutilizado como fonte de recursos voltada para o desenvolvimento da Região. O esforço conjunto de toda a equipe da direção do BNB incluiu visitas aos Estados, reuniões com governos estaduais e municipais, além de classes empresariais, com o intuito de identificar potenciais projetos passíveis de financiamento e apoio por parte da Empresa.

Adicionalmente, o Banco do Nordeste, em articulação com o Ministério da Integração, procedeu a alterações na Programação do FNE de 2003, com vistas a ampliar algumas condições de financiamentos, que dentre outras se destacam a possibilidade de aquisição isolada de máquina e equipamentos, a ampliação dos limites de financiamentos, alteração do limite para capital de giro associado. Além disso, foram implementadas diversas medidas visando à simplificação das normas e procedimentos no que se refere ao processo de concessão de crédito.

## **7. CONTEXTO MACROECONÔMICO EM 2003**

Conforme números divulgados pelo IBGE, o PIB brasileiro retraiu 0,2% em 2003, enquanto que o PIB per capita decresceu 1,5% no mesmo período. A retração foi fruto de um ano marcado por juros altos, queda na renda, diminuição do consumo e aumento nas taxas de desemprego. Por outro lado, as exportações cresceram 21,1% e atingiram US\$ 73,0 bilhões, o que contribuiu para saldos comercial e em conta corrente de US\$ 25,3 e US\$ 4,1 bilhões, respectivamente.

Entre os setores da economia, a agropecuária foi a que obteve o melhor resultado, com incremento de 5,0%. O setor foi impulsionado, especialmente, pelas exportações. A indústria sofreu retração de 1,0% e os serviços, queda de 0,1%. Assim, o dinamismo da agropecuária não foi suficiente para contrabalançar a queda do PIB, em virtude do peso bem maior da atividade industrial no produto agregado.

Pela ótica da demanda, houve retração de 3,3% no consumo das famílias brasileiras devido à queda na renda, que recuou 12,9% ao longo de 2003, em função do desemprego elevado. Já os investimentos na economia, que também acompanharam a retração, tiveram queda de 6,6%.

Os investimentos diretos estrangeiros atingiram US\$ 10,1 bilhões. Os índices de inflação acumulados em 2003 medidos pelo IPCA e IGP-M foram de 9,3% e 7,2%, respectivamente. Os juros nominais (Selic) fecharam o ano com a taxa média de 16,5% a.a., enquanto que o dólar norte-americano encerrou o ano valendo R\$ 2,89. O superávit primário e a dívida líquida, ambos em relação ao PIB, encerram o ano com porcentagens de 4,3 e 58,2, respectivamente.

Os dados do segundo semestre de 2003 acerca dos investimentos em bens de capital, assim como das atividades econômicas em geral e da indústria em particular apontam para um ano de 2004 bem mais promissor. No último trimestre de 2003, a economia cresceu 1,5%.

## **8. DESEMPENHO OPERACIONAL E RESULTADOS**

### **8.1. Contratações Globais e Aspectos Financeiros**

As contratações do FNE, em 2003, alcançaram o montante de R\$ 1,019 bilhão, registrando crescimento superior a quatro vezes o montante do ano anterior. Em 2002 foram contratados R\$ 254,4 milhões. Assim, não obstante o cenário macroeconômico pouco favorável, houve espaços para a ampliação da carteira de empréstimos do FNE mediante a contratação de projetos consistentes.

Os setores rural e agroindustrial absorveram R\$ 481,4 milhões ou 47,3% do total contratado do FNE em 2003, enquanto que os setores industrial, turismo, comércio e serviços responderam por R\$ 537,7 milhões ou 52,7% do total contratado, conforme os dados apresentados na Tabela 1. Esses recursos beneficiaram 117.313 produtores e empresas (incremento de 9,2% em relação ao ano de 2002), dos quais 98,6% pertencentes à categoria de mini e pequenos. Acrescente-se que a quase totalidade desses beneficiários de pequeno porte (precisamente 113.591) atua no setor rural.

**Tabela 1**  
**FNE 2003 - Desempenho Operacional e Propostas em Carteira**

Programas	Valores em R\$ mil correntes			Valor das Propostas em Carteira (2)
	Contratações (1)			
	Quant. Benef.	Valor	%	
<b>RURAL</b>	<b>114.892</b>	<b>460.410</b>	<b>45,1</b>	<b>252.621</b>
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural - RURAL e Outros	25.563	304.958	29,9	211.540
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo D)	13.502	20.626	2,0	3.607
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo C)	21.643	15.834	1,6	3.966
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	53.829	118.127	11,6	20.981
Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER)	66	81	0,0	0,0
Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente-(FNE-VERDE)	13	112,7	0,0	12.522
Outros	276	670	0,1	5
<b>AGROINDUSTRIAL</b>	<b>118</b>	<b>21.017</b>	<b>2,1</b>	<b>11.621</b>
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria Alimentar-(AGRIN)	118	21.017	2,1	11.621
<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>50.308</b>
Programa de Financiamento à Infra-Estrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA)	0	0,0	0,0	50.308
<b>INDUSTRIAL</b>	<b>1.301</b>	<b>442.130</b>	<b>43,4</b>	<b>169.669</b>
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico-(PRODETEC)	0	0,0	0,0	0
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste-(INDUSTRIAL)	326	371.115	36,4	151.166
Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR)	40	48.416	4,7	16.740
Programa de Geração de Emprego e Renda-(PROGER)	927	590	0,1	107
Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente-(FNE-VERDE)	8	22.009	2,2	1.656
<b>COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>	<b>1.002</b>	<b>95.617</b>	<b>9,4</b>	<b>201.826</b>
<b>TOTAL</b>	<b>117.313</b>	<b>1.019.173</b>	<b>100,0</b>	<b>686.045</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no exercício de 2003, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

(2) Valor do estoque das propostas em carteira em 31/12/2003

Embora tenha registrado redução em termos de participação relativa no total de contratações do FNE, declínio de 76,3% em 2002 para 45,1% em 2003, o setor rural manteve a captura da maior parte dos recursos, refletindo a importância que o BNB tem atribuído a esse segmento produtivo. Por outro lado, destaca-se, também, o potencial absorvedor de recursos das atividades industriais (incluindo o turismo) que deram um salto de 13,7% para 43,4% nos períodos considerados. Comércio e Serviços, cuja inserção no FNE completou dois anos ao final de 2003, vêm absorvendo recursos em percentual maior do que outras atividades mais tradicionais demandantes de recursos do Fundo.

Deve-se destacar, ainda, dentro do segmento rural, o expressivo apoio que vem sendo prestado à agricultura familiar, com a destinação de R\$ 154,5 milhões dos recursos (aproximadamente um terço do montante aplicado no segmento rural) aos vários segmentos do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF. Referida destinação de recursos está correlacionada com a expressiva participação dos mini e pequenos produtores anteriormente comentada.

Em termos de demanda por recursos do Fundo, ao final do presente ano, tinha-se um estoque de propostas em carteira (pendentes de análise e/ou em fase de contratação) no valor de R\$ 686,0 milhões. Referidas propostas estavam distribuídas da seguinte forma: 36,8% oriundas do setor rural; 29,4% do setor de comércio e serviços; 24,7% do setor industrial; 7,4% de infraestrutura, e 1,7% do setor agroindustrial. Sobre as propostas em carteira, cabe ressaltar que esse montante de R\$ 686,0 milhões refere-se apenas às propostas que já se encontram em tramitação junto ao Banco. Contudo, é importante informar que existe uma prospecção de negócios da ordem de R\$ 1,3 bilhão, conforme demonstrado na Tabela 2 abaixo.

**Tabela 2**  
FNE 2003 - Prospecção de Negócios

Valores em R\$ mil correntes	
Estado	Projetos em Negociação em 31.12.2003
Alagoas	42.473
Bahia	416.643
Ceará	442.155
Espírito Santo	3.669
Maranhão	87.715
Minas Gerais	25.277
Paraíba	27.681
Pernambuco	112.999
Piauí	24.229
Rio Grande do Norte	69.387
Sergipe	61.734
<b>Total</b>	<b>1.313.962</b>

Fonte: BNB – Superintendências Regionais

Conforme a Tabela 3 abaixo, o patrimônio líquido do Fundo elevou-se de R\$ 12,6 bilhões para 15,5 bilhões ao final do ano, com um crescimento nominal da ordem de 23,0%.

**Tabela 3**  
FNE 2003 - Demonstrativo do Patrimônio Líquido

Valores em R\$ mil	
<b>(1) ATÉ 31.12.2002</b>	<b>12.654.818</b>
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	8.757.198
. Resultados/Outros Valores	3.897.620
<b>(2) DO ANO DE 2003</b>	<b>2.928.941</b>
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	1.791.511
. Resultados do Exercício	1.166.582
- Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores	(29.152)
<b>PATRIMÔNIO TOTAL EM 31.12.2003 (1) + (2)</b>	<b>15.583.759</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria

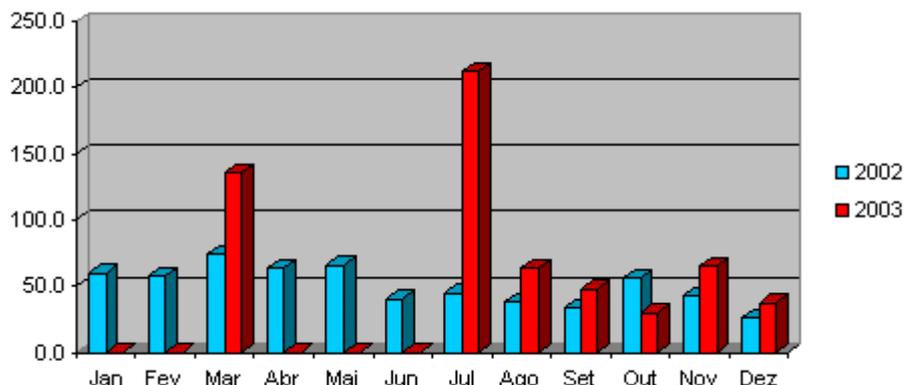
Em 2003, o Ministério da Integração repassou ao BNB recursos transferidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para crédito ao FNE, a quantia de R\$ 1, 8 bilhão (Tabela 4 e Gráfico 1).

**Tabela 4**  
FNE 2003 - Ingressos Mensais de Recursos

Valores em R\$ mil correntes		
MÊS	INGRESSOS	INGRESSOS ACUMULADOS
Janeiro	0	0
Fevereiro	0	0
Março	465.497	465.497
Abril	0	465.497
Maio	0	465.497
Junho	0	465.497
Julho	611.875	1.077.372
Agosto	189.692	1.267.064
Setembro	139.408	1.406.472
Outubro	85.329	1.491.801
Novembro	190.132	1.681.933
Dezembro	109.578	1.791.511
<b>Total</b>	<b>1.791.511</b>	

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria

**Gráfico 1**  
FNE 2003 - Ingressos Mensais de Recursos



Fonte: BNB – Ambiente de Negócios Financeiros

O reembolso dos recursos financiados, por sua vez, subiu de R\$ 276,8 milhões em 2002 para R\$ 351,7 milhões em 2003, com incremento nominal de 27,1% (Tabela 5).

**Tabela 5**  
FNE 2003 - Demonstrativo das Variações das Disponibilidades

	Valores em R\$ mil
<b>DISPONIBILIDADES EM 31.12.2002</b>	<b>1.826.170</b>
<b>DISPONIBILIDADES EM 31.12.2003</b>	<b>3.383.249</b>
<b>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>1.557.079</b>
- Ingressos STN	1.791.511
- Remuneração Disponível	500.110
- Reembolso – Amortizações/Liquidações	351.748
- Liberações	(569.596)
- Taxa de Administração	(358.302)
- Del Credere	(75.720)
- Cumprimento da Lei 10.464	(90.915)
- Cumprimento da Lei 10.696	(99)
- Serviços de Auditoria Externa	(26)
- Amortização de Títulos da Cobertura do PROAGRO	5.459
- Cobertura de Op. Crédito pelo PROAGRO – em Espécie	2.541
- Rebate de Principal sobre Operações – Lei 10.193/2001 – Estiagem 98	(3.959)
- Outros Valores	4.327
<b>TOTAL</b>	<b>1.557.079</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria

## 8.2. Repercussões Macroeconômicas das Aplicações do FNE

Para o cálculo dos impactos macroeconômicos do FNE foi utilizado o Modelo Econométrico Regional de Insumo-Produto para a Região Nordeste (MERIP-NE)<sup>1</sup>. Estas repercussões são decorrentes dos financiamentos concedidos com recursos do FNE no ano de 2003.

Vale destacar que, no cômputo desse cálculo, não estão incluídos os efeitos de outros recursos alavancados pelo Fundo, como FINAME, FAT, BNDES-Automático, recursos próprios, poupança rural, entre outros.

Os valores totais contratados alcançaram cerca de R\$ 1,019 bilhão, de acordo com a Tabela 6. Estima-se que referidos financiamentos acarretarão um acréscimo direto e indireto de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 2,0 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados. No Setor Rural, dos R\$ 908,2 milhões do valor bruto da produção, cerca de 36,0% referem-se a impactos no setor agropecuário, com significativa participação da atividade de bovinocultura, 24,0% na indústria de transformação e 24,0% no setor de Comércio e Serviços. Relativamente à Indústria e Agroindústria, dos 896,0 milhões, cerca de 43,0% são de impactos no Setor de Comércio e Serviços e 29,0% no Setor de Construção Civil. Dos R\$ 194 milhões do Setor Comercial, além do impacto no próprio setor significar cerca de 30,0% do total, os setores de Construção Civil e da Indústria de Transformação responderam por 36,0 e 25,0%, respectivamente.

**Tabela 6**  
FNE 2003 - Repercussões Econômicas das Contratações - Nordeste

Valores em R\$ mil correntes

VARIÁVEIS	Resultados por Setor				
	Rural	Agroindustrial	Industrial	Comercial	Total
Valor Contratado	460.410	21.017	442.130	95.617	1.019.173
Valor Bruto da Produção (1)	908.204	40.632	855.905	194.324	1.999.065
Valor Agregado (produto) (1)	651.099	25.220	532.757	117.954	1.327.030
Empregos Gerados (1)	470.334	6.063	69.727	15.769	561.893

Fonte: BNB - ETENE

Nota: (1) Cálculos realizados com a Matriz Econométrica Regional de Insumo-Produto. Efeitos diretos e indiretos que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, ou seja, a partir de 2003 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes.

O valor adicionado ou produto agregado à economia da Região terá como resultante total o valor de R\$ 1,327 bilhão. Estima-se que o Setor Rural agregará R\$ 651,0 milhões, sendo que os impactos diretos e indiretos mais importantes serão na Agropecuária, Comércio e Serviços e Indústria de Transformação, com participação de 45, 24 e 17%, respectivamente. Em

<sup>1</sup> Referido modelo baseia-se na Matriz Insumo-Produto do Nordeste e foi desenvolvido conjuntamente pelo BNB-ETENE e pela Universidade de São Paulo.

referência aos R\$ 559,0 milhões de renda a serem gerados no Setor Industrial/Agroindustrial, efeitos importantes dar-se-ão em Comércio e Serviços (49%) e na Construção Civil (27%). O Setor Comercial, com R\$ 117,9 milhões de produto, destaca-se também com grande impacto nos Setores de Comércio e Serviços e de Construção Civil.

É estimado que um total de 561.893 empregos sejam gerados a partir dos investimentos realizados originados dos financiamentos e à medida que os efeitos de compras e vendas sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, isto é, a partir de 2003 e anos seguintes. No Setor Rural, 470.334 empregos deverão ser gerados. O Setor Industrial/Agroindustrial e de Comércio e Serviços deverão gerar 75.790 e 15.769 empregos, respectivamente.

Vale enfatizar que os resultados apresentados decorrem, exclusivamente, da parcela dos empreendimentos financiados pelo FNE, ao longo do período de implantação dos investimentos e de seus respectivos impactos no sistema produtivo da Região Nordeste e das outras regiões que com ela interagem, representando, assim, uma medida atemporal.

### **8.3. Contratações Setoriais**

#### **8.3.1. Setor Rural e Agroindustrial**

As contratações do FNE no setor rural cresceram, em termos nominais, 137,0% em relação ao ano de 2002. Um total de R\$ 460,4 milhões foi contratado em 2003, representando 45,1% das aplicações totais do Fundo. Referido valor foi o maior dos últimos quatro anos.

Retomou-se, em 2003, a tendência de redução da participação setorial no total das aplicações do FNE. Participação menor do setor rural nos financiamentos do Fundo contribui para uma mudança estrutural desejável na economia regional. Em 2002, as contratações rurais haviam representado mais de três quartos do FNE (precisamente 76,3%), tendo se reduzido para aproximadamente a metade desse percentual (apesar do crescimento das aplicações em termos absolutos), Tabela 7.

**Tabela 7**  
FNE 2003- Participação Setorial nas Contratações

Anos	Rural	Agroindustrial e Industrial
1995	77,0	23,0
1996	80,5	19,5
1997	74,7	26,3
1998	85,8	15,5
1999	78,3	19,8
2000	69,6	50,5
2001	48,6	64,6
2002	76,3	14,9
2003	45,1	45,5

Fonte: BNB – Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste se imbuíu de uma especial importância durante o exercício de 2003, beneficiando cerca de 26 mil agricultores com uma aplicação da ordem de R\$ 304,9 milhões, montante que representou quase dois terços (66,2%) dos recursos contratados no setor rural no âmbito do FNE. Este programa continua como líder das aplicações no segmento rural, repetindo o desempenho do ano de 2002.

Para os programas destinados ao apoio da agricultura familiar, foram os seguintes totais financiados, conforme se pode constatar na Tabela 1: PRONAF-Grupo A – R\$ 118,1 milhões; PRONAF-Grupo C – R\$ 15,8 milhões; PRONAF-Grupo D – R\$ 20,6 milhões. Estas três linhas de apoio do FNE corresponderam a 33,6% (R\$ 154,5 milhões) do total de financiamentos do setor rural da Região.

Vale ressaltar que, durante o exercício de 2003, o PRONAF-Grupo A registrou participação de 25,7% no total das aplicações do setor rural, superando em mais de duas vezes o limite legal mínimo de contratação de 10% e quase o dobro em relação ao exercício passado (14,8%), gerando benefícios para 54 mil agricultores familiares. Cumpre destacar que os programas especiais no âmbito rural<sup>2</sup> permitiram o atendimento a agricultores que não teriam acesso aos canais tradicionais de financiamento, dado seu perfil de agricultores familiares.

Cabe ainda destacar que, no âmbito do FNE-VERDE, foram contratados R\$ 112,7 mil e no Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) R\$ 81,0 mil.

<sup>2</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente – FNE-VERDE, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – PRODETEC, Programa de Apoio à Reorientação da Pequena e Média Unidade Produtiva Rural do Semi-Árido Nordeste – PRODESA.

Os mini e pequenos produtores rurais foram beneficiados, em 2003, com R\$ 235,4 milhões, o que representou 51,1% das aplicações do FNE Rural ou ainda 23,1% do total de aplicações do FNE. Um total de 113.591 mini e pequenos produtores rurais receberam empréstimos do FNE em 2003, o que representa 96,8% dos beneficiários do Fundo no corrente ano. O valor médio das operações de empréstimos do FNE Rural com mini e pequenos produtores foi de aproximadamente R\$ 2,0 mil (Tabela 8).

O BNB é o principal parceiro do Governo Federal na implementação das políticas de apoio à agricultura familiar no Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo. Dessa forma, o FNE destinou expressivo montante de recursos, em 2003, ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF -- cerca de R\$ 154,5 milhões, ou seja, 15,2% do total das aplicações do FNE, beneficiando 89.250 agricultores familiares. O valor médio das operações com o PRONAF foi de R\$ 1,7 mil.

Os médios produtores rurais (794 no total) foram beneficiados com R\$ 33,5 milhões (equivalente a 7,3% do saldo de aplicações do FNE Rural), enquanto que os grandes produtores rurais (507 no total) receberam R\$ 191,3 milhões (equivalente a R\$ 41,6% do FNE Rural). Os valores médios das operações com médios e grandes produtores foram de R\$ 42,1 mil e R\$ 377,3 mil, respectivamente.

**Tabela 8**  
FNE 2003 – Contratações do Setor Rural por Porte

Produtor	Nr. Beneficiários	%	Valores em R\$ mil correntes	
			Valor (em R\$ mil)	%
Mini/Pequeno	113.591	98,9	235.486	51,1
Médio	794	0,7	33.541	7,3
Grande	507	0,4	191.383	41,6
<b>Total</b>	<b>114.892</b>	<b>100</b>	<b>460.410</b>	<b>100</b>

Fonte: BNB-Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

O desempenho do FNE quanto à distribuição dos recursos pelas diversas atividades agropecuárias está demonstrado na Tabela 9.

**Tabela 9**  
FNE 2003 - Contratações por Atividades Agropecuárias

Valores em R\$ mil correntes

Atividades	Valor	% Rural	% FNE
<b>PECUÁRIA</b>	<b>245.413</b>	<b>53,3</b>	<b>24,1</b>
§ Bovinocultura	137.670	29,9	13,4
§ Ovinocaprinocultura	44.332	9,6	4,4
§ Avicultura	3.636	0,8	0,4
§ Carcinicultura	54.563	11,9	5,4
§ Piscicultura	1.041	0,2	0,1
§ Apicultura	2.639	0,6	0,3
§ Suinocultura	1.400	0,3	0,1
§ Estruticultura (avestruz)	35	0,0	0,0
Outras Atividades	97	0,0	0,0
<b>AGRICULTURA</b>	<b>214.997</b>	<b>46,7</b>	<b>21,1</b>
§ Grãos	87.530	19,0	8,5
§ Fruticultura	57.617	12,5	5,6
§ Culturas Industriais (1)	44.503	9,6	4,4
§ Amiláceas	10.426	2,3	1,0
§ Olericultura	6.857	1,5	0,7
§ Outras Atividades	8.064	1,8	0,9
<b>Total das Aplicações Rurais</b>	<b>460.410</b>	<b>100,0</b>	<b>45,2</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

(\*) Algodão, sisal, café e fumo.

A participação relativa das atividades pecuárias sofreu uma leve redução, quando comparada ao período anterior (2002), situando-se em 53,3% (Tabela 10).

**Tabela 10**  
FNE 2003 - Importância da Pecuária

Período	Participação da PECUÁRIA nas aplicações rurais (%)
1998	64,5
1999	56,7
2000	57,7
2001	57,5
2002	55,4
2003	53,3

Fonte: BNB – Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Tal desempenho reflete uma reversão à tendência de concentração de investimentos no setor pecuário – queda de 11,2 pontos percentuais em relação ao exercício de 1998 – caracterizando, em benefício da Região, maior diversificação das aplicações de recursos realizadas no âmbito do FNE. As

aplicações na pecuária continuam centradas na bovinocultura (29,9%), como esperado, dada a predominância da pecuária bovina na economia nordestina.

Sob a ótica de diversificação de investimentos, o Banco orientou esforços no sentido de promover outros tipos de exploração pecuária na Região, fomentando a parceria com a EMBRAPA e outras instituições integrantes da cadeia produtiva da ovinocaprinopecuária para estudar a viabilidade econômica e alternativas de exploração deste agronegócio. Fruto deste esforço, o “Programa para o Desenvolvimento Sustentável da Ovinocaprinopecuária na Região Nordeste” - como outros programas, embasado na capacitação técnica e empresarial dos pequenos produtores e focado na cadeia produtiva - tem apresentado expressivos resultados: a participação da ovinocaprinopecuária nos investimentos rurais evoluiu de R\$ 36,9 milhões, em 2002, para R\$ 44,3 milhões, em 2003, representando um crescimento de 20,1%.

Outras atividades tiveram crescimentos consideráveis na aplicação do FNE em 2003 com relação a 2002: avicultura (113,1%); carcinicultura (6.859%); piscicultura (47,6%); apicultura (344,3%); e suinicultura (166,7%).

A agricultura teve um leve crescimento na participação das aplicações do setor rural, passando de 44,6%, em 2002, para 46,7%, em 2003. Contudo, em termos absolutos, as variações nos volumes contratados foram expressivas. O valor contratado na agricultura aumentou de R\$ 86,4 milhões, em 2002, para R\$ 214,9 milhões, em 2003.

A agricultura de sequeiro absorveu, em 2003, R\$ 153,8 milhões das contratações do FNE, enquanto que a agricultura irrigada respondeu por R\$ 61,1 milhões. As atividades que mais cresceram foram a de grãos, passando de R\$ 26,2 milhões (2002) para R\$ 87,5 milhões (2003); e a de fruticultura que passou de R\$ 32,4 milhões para R\$ 57,6 milhões, representando incrementos de 233,9% e 77,8%, respectivamente.

Merecem ainda destaque dentre os componentes das atividades agrícolas, as culturas industriais (algodão e café) as quais tiveram crescimento de 183,8% em relação ao período anterior.

Em termos de agroindústria, o total das contratações foi de R\$ 21,0 milhões, distribuído por 118 operações, sendo mais expressivos os financiamentos concedidos às atividades de: beneficiamento de couro animal; abate e preparação de carne, aves e pescado; moagem e beneficiamento de arroz, trigo, mandioca e farinha.

Em relação a 2002, os financiamentos à agroindústria aumentaram cerca de 15 vezes, pois naquele ano totalizaram R\$ 1,4 milhão. Esse aumento expressivo pode ser explicado pelo aumento de financiamentos à agricultura e à pecuária durante 2003, que produziram efeitos multiplicadores nas cadeias produtivas.

### 8.3.1.1. Contratações na Região Semi-Árida

O BNB destinou 28,8% do volume das contratações do FNE para a região semi-árida, totalizando um montante de R\$ 293,2 milhões, resultando em expressivo incremento de cerca de 151,9% em relação aos valores aplicados em 2002. Referidos números evidenciam o forte propósito do BNB para com o desenvolvimento desse sub-espço.

Do total de recursos contratados no semi-árido, aproximadamente 52,7% foram destinados ao setor rural, o que correspondeu ao montante de R\$ 154,7 milhões, distribuídos entre as atividades agropecuárias descritas a seguir (Tabela 11).

**Tabela 11**  
FNE 2003 - Contratações por Atividades Agropecuárias  
Região Semi-Árida

Atividades	Valor	Valores em R\$ mil correntes	
		Participação no FNE Rural Semi-Arido	Participação no FNE Semi-Árido
<b>PECUÁRIA</b>	<b>100.041</b>	<b>64,7</b>	<b>34,1</b>
§ Bovinocultura	54.270	35,1	18,5
§ Ovinocaprinoicultura	36.958	23,9	12,6
§ Suinocultura	522	0,3	0,2
§ Apicultura	1.432	0,9	0,5
§ Avicultura	794	0,5	0,3
§ Piscicultura	450	0,3	0,1
§ Carcinicultura	5.519	3,6	1,9
§ Outras Atividades (1)	96	0,1	0,0
<b>AGRICULTURA DE SEQUEIRO</b>	<b>25.468</b>	<b>16,4</b>	<b>8,7</b>
§ Bebidas e Fumo	1.697	1,0	0,5
§ Fibras e Têxteis	953	0,6	0,3
§ Grãos	11.097	7,2	3,8
§ Fruticultura	6.880	4,4	2,3
§ Oleaginosa	501	0,3	0,2
§ Olericultura	104	0,1	0,0
§ Raízes e Tubérculos	4.149	2,7	1,4
§ Outras Atividades (2)	89	0,1	0,0
<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>	<b>29.203</b>	<b>18,9</b>	<b>9,9</b>
§ Bebidas e Fumo	278	0,2	0,1
§ Flores	3.493	2,3	1,2
§ Fruticultura	14.823	9,6	5,0
§ Grãos	4.044	2,6	1,4
§ Mudanças e Sementes	180	0,1	0,0
§ Olericultura	6.176	4,0	2,1
§ Outras Atividades (3)	209	0,1	0,1
<b>Total das Contratações Rurais no Semi-Árido</b>	<b>154.712</b>	<b>100,0</b>	<b>52,7</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Notas:

- (1) Outras atividades pecuárias referem-se à bubalinocultura e eqüinocultura.
- (2) Outras atividades agrícolas referem-se a gramíneas, mudas e sementes.
- (3) Outras atividades agrícolas referem-se a especiarias, fibras e têxteis, gramíneas, leguminosas, oleaginosas, raízes e tubérculos.

A pecuária recebeu o maior volume dos recursos contratados, cerca de R\$ 100,0 milhões, representando 34,1% do total do volume contratado pelo FNE no semi-árido e 64,7% das contratações rurais na citada região. Merecem destaque a bovinocultura (R\$ 54,2 milhões), e a ovinocaprinocultura (R\$ 36,9 milhões).

A agricultura irrigada beneficiou-se com o segundo maior volume de contratações, isto é, R\$ 29,2 milhões, representando 9,9% das inversões do FNE no semi-árido e 18,9% das contratações rurais no sub-espaço em questão. Ressalte-se a fruticultura como a atividade contemplada com um maior volume de contratações (R\$ 14,8 milhões).

A agricultura de sequeiro foi contemplada com recursos da ordem de R\$ 25,4 milhões, representando 8,7% das contratações do FNE no semi-árido e 16,4% dos investimentos rurais no semi-árido. A atividade grãos de sequeiro beneficiou-se com expressivo volume de recursos contratados, cerca de R\$ 11,0 milhões.

Registre-se, em relação ao ano anterior, incremento nas participações da pecuária (em relação ao total de investimentos rurais no semi-árido) de 60,7% para 64,7%; elevação da participação da agricultura irrigada de 14,5% para 18,9%; e redução da participação da agricultura de sequeiro de 24,8% para 16,4%.

A bovinocultura foi o principal destaque da pecuária, tendo apresentado crescimento de aplicações da ordem de 105,2% em relação ao ano anterior. A floricultura irrigada registrou incremento de 176,3%, reflexo tanto da elevação das aplicações globais no semi-árido quanto do financiamento de novas atividades, o que implica desejável mudança na estrutura produtiva desse sub-espaço. Por outro lado, os grãos de sequeiro tiveram uma redução de contratações em aproximadamente 18,6% quando comparados com o ano de 2002.

### **8.3.1.2. Contratações em Zonas Monocultoras**

A estratégia do FNE visa a conceder financiamentos objetivando a introdução de novas atividades e a modernização das chamadas culturas tradicionais, que predominam em três áreas monocultoras da Região Nordeste, ou seja, as zonas canvieira, cacaueteira e sisaleira.

A Tabela 12, a seguir, ilustra a comparação entre dois índices: o primeiro se relaciona com o Valor Bruto da Produção - VBP (de uma determinada cultura tradicional) dividido pelo VBP agrícola total (de uma determinada zona monocultora). O segundo índice dimensiona as contratações do FNE (em uma cultura tradicional) em relação ao total de recursos aplicados do FNE (em uma zona monocultora).

Dessa forma, o VBP da cana-de-açúcar respondeu por 54,9% do VBP agrícola na chamada zona canavieira, em 2001. Admite-se que referidos valores não tenham se modificado drasticamente nos últimos dois anos. Enquanto isso, as aplicações do FNE em cana-de-açúcar divididas pelo total de aplicações do Fundo na zona canavieira foram de 0,26%. Em termos de sisal, os percentuais foram de 35,8 e 0,01%. Quanto ao cacau, os percentuais foram de 32,3 e 5,53% (Tabela 12).

O índice “aplicações do FNE na cultura / aplicações do FNE na zona monocultora” aumentou ligeiramente de 2002 para 2003, isto é, passou de 0,15 para 0,26% no caso da cana-de-açúcar; para a cultura sisaleira, o índice decresceu de 5,12 para 0,01%; e para a cultura cacauzeira, ocorreu redução de 31,9 para 5,5%. Assim, pode-se concluir que a participação das culturas canavieira e sisaleira nos totais de financiamentos do FNE foi pequena. A redução ocorrida na participação da cultura cacauzeira foi significativa, apesar do esforço de se recuperar referida lavoura, por intermédio de programa específico do Governo Federal. Os números aqui apresentados ratificam a estratégia de diversificação conduzida pelo BNB.

**Tabela 12**  
FNE 2003 - Participação do FNE nas Monoculturas

Zonas Monocultoras	VBP da Cultura/ VBP Total da Zona Monocultora (1)	Aplicações do FNE na Cultura/ Aplicações do FNE na Zona Monocultora (2)
Canavieira	54,9%	0,26%
Sisaleira	35,8%	0,01%
Cacauzeira	32,3%	5,53%

Fontes: (1) Pesquisa Agrícola Municipal – IBGE, 2001

(2) BNB – Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

### 8.3.2. Setores Industrial, Turismo, Comércio e Serviços

O montante de recursos contratados no âmbito das áreas industrial, comercial, serviços e turismo, durante o ano de 2003, somou R\$ 537,7 milhões, representando 52,8% das aplicações totais do FNE, e beneficiando 2.303 empresas (Tabela 13).

As aplicações na área industrial visam a apoiar as atividades produtoras de bens de consumo não duráveis, bens intermediários, bens de capital e de consumo duráveis, extrativa mineral etc. No ano de 2003, os investimentos no setor absorveram 43,4% dos recursos totais do Fundo, atingindo R\$ 442,1 milhões, resultado bastante superior ao apresentado no ano anterior, quando os recursos contratados atingiram R\$ 8,7 milhões. Contribuíram para essa performance os recursos aplicados nos segmentos produtos alimentícios e calçados que juntos representaram 36,8% das aplicações do FNE.

Os investimentos no setor industrial através do FNE vêm minimizar os efeitos da queda da produção industrial nordestina que registrou, em 2003, decréscimo de 2,2%, em relação a 2002.

**Tabela 13**  
**FNE 2003 - Setor Industrial, Comércio, Serviços e Turismo**  
**Desempenho Operacional**

Atividades	Valores em R\$ mil correntes		
	Contratações (1)		
	Valor	% SETOR	% FNE
<b>A. BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS</b>	<b>391.420</b>	<b>72,8</b>	<b>38,4</b>
§ Produtos Alimentares	217.209	40,4	21,3
§ Limpeza, Perfumaria e Cosméticos	573	0,1	0,1
§ Bebidas	3.913	0,7	0,4
§ Calçados	158.333	29,4	15,5
§ Têxtil	121	0,0	0,0
§ Eletro-Eletrônico	1.926	0,4	0,2
§ Vestuário e Acessórios	19	0,0	0,0
§ Celulose, Papel e Prod. Papel	8.932	1,7	0,9
§ Gráfica	394	0,1	0,0
<b>B. BENS INTERMEDIÁRIOS</b>	<b>29.960</b>	<b>5,6</b>	<b>2,9</b>
§ Extração de Minerais Metálicos	1.081	0,3	0,1
§ Minerais não Metálicos	3.528	0,7	0,4
§ Materiais Plásticos	15.002	2,8	1,5
§ Madeira	1.334	0,2	0,1
§ Metal-Mecânica	1.328	0,2	0,1
§ Couros e Peles	154	0,0	0,0
§ Transportes	7.533	1,4	0,7
<b>C. BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS</b>	<b>4.246</b>	<b>0,8</b>	<b>0,4</b>
§ Mobiliário	4.246	0,8	0,4
<b>D. TURISMO</b>	<b>40.375</b>	<b>7,5</b>	<b>4,0</b>
§ Alimentação	2.470	0,5	0,2
§ Hospedagem	37.190	6,9	3,7
§ Diversos	715	0,1	0,1
<b>E. COMÉRCIO</b>	<b>35.698</b>	<b>6,6</b>	<b>3,5</b>
§ Comércio Varejista	27.706	5,1	2,7
§ Comércio Atacadista	7.992	1,5	0,8
<b>F. OUTROS SERVIÇOS</b>	<b>36.048</b>	<b>6,7</b>	<b>3,5</b>
<b>TOTAL</b>	<b>537.747</b>	<b>100,0</b>	<b>52,7</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações em 2003, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O BNB vem apoiando, também, a estruturação da atividade turística na Região, tanto com ações direcionadas ao setor público, através do fortalecimento da infra-estrutura dos Pólos de Desenvolvimento Integrado de

Turismo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, como ao setor privado, com o Programa de Apoio ao Turismo Regional – PROATUR. O PROATUR, linha de crédito com recursos do FNE, visa à implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor turístico.

Em 2003, as atividades turísticas absorveram R\$ 40,3 milhões, ou seja, 4,0% das aplicações do FNE. Em termos nominais, representa crescimento de expressivos 45,5% em relação ao ano anterior. A atividade de hospedagem foi a que demandou o maior volume de recursos, R\$ 37,1 milhões, representando 3,7% dos recursos do FNE.

As aplicações nas atividades de comércio e dos demais serviços totalizaram R\$ 71,7 milhões em 2003, representando 13,3% do total das inversões do FNE. Os investimentos tiveram crescimento nominal de 199,1% em comparação ao ano anterior.

### 8.3.3. Valores Programados x Valores Realizados (por programa)

No exercício sob análise, constata-se que a distribuição dos recursos vem se comportando em percentuais próximos ao programado, com diferenças que podem ser consideradas plenamente aceitáveis (Tabela 14). Os segmentos rural e agroindustrial apresentaram valores realizados ligeiramente acima do programado, enquanto que para os setores de comércio e serviços os valores realizados ficaram ligeiramente abaixo dos valores programados.

**Tabela 14**

FNE 2003 - Aplicações Programadas e Realizadas, por Setor e Programa

SETOR/ PROGRAMA	Programado 2003 (%)	Valores em R\$ milhões	
		Realizado	
		2003	
		Valor	%
Rural e Agroindustrial	30,0	325,9	32,0
Indústria, Turismo e Infra-Estrutura	30,0	419,5	41,1
Comércio e Serviços	10,0	95,6	9,4
Programas Especiais	30,0	178,0	17,5
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>1.019,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Suporte Financeiro

Os setores de indústria, turismo e infra-estrutura apresentaram excelente desempenho em 2003. Assim é que os valores aplicados ficaram acima dos valores programados no início do ano. O esforço do BNB para estruturar cadeias produtivas nesses setores, em parceria com os estados, contribuiu para o crescimento das aplicações.

Em 2003, os programas especiais receberam, no total, valores abaixo da programação 2003, embora as aplicações com o PRONAF tenham crescido

substancialmente ao longo do ano. O lançamento do Plano de Safra 2003/2004, a partir do mês de julho de 2003, deverá contribuir para uma alavancagem ainda maior das aplicações do Banco no âmbito do programa da agricultura familiar em 2004.

Com efeito, o BNB tem se constituído no maior repassador de recursos do PRONAF no Nordeste, de forma que os novos tetos e condições de financiamentos para a safra 2003/2004 deverão incrementar as aplicações ainda mais no próximo ano. Vale destacar ainda, que o Plano de Safra do Governo Federal incluiu agora uma série de inovações, tais como as linhas de empréstimos para públicos específicos – Pronaf Mulher, Pronaf Jovem Rural, Pronaf Turismo Rural, Pronaf Agroecologia e Pronaf Máquinas e Equipamentos. É importante ainda que no âmbito do Pronaf sejam elaboradas linhas de crédito adaptadas às características do Nordeste, a exemplo do Pronaf Semi-Árido, destinado à construção de pequenas obras para combater a seca.

Cabe lembrar, uma vez mais, que os percentuais de aplicação constantes na Programação do FNE são recomendações, não se constituindo em verbas inflexíveis para a alocação de recursos. A demanda, a qualidade e a sustentabilidade dos projetos é que determinam, em última instância, os números finais da distribuição dos recursos.

#### **8.3.4. Pólos de Desenvolvimento Integrado**

Os Pólos de Desenvolvimento Integrado são um dos instrumentos pelos quais o BNB busca o desenvolvimento local, mobilizando diversos agentes produtivos no sentido de promover o agronegócio, estando também em conformidade com as estratégias de operacionalização do FNE.

Os pólos são resultantes do agrupamento de municípios com dinamismo e potenciais sócio-econômicos semelhantes, sejam naturais, empresariais, tecnológicos ou de infra-estrutura. Desenvolvem-se ações com base nas principais e potenciais atividades econômicas, respeitando a visão de futuro do pólo, definida em conjunto com as comunidades. Esta interação entre produtores e comunidade favorece a competitividade dos empreendimentos financiados, possibilitando maior multiplicação dos resultados sobre outras atividades e ramos de negócios, gerando menor risco para os financiamentos do FNE.

Desta forma, nos pólos, a ação do BNB vai muito além da mera concessão de crédito: atua como participante ativo da mobilização dos diversos agentes sócio-econômico-institucionais em um espaço estabelecido.

O total das aplicações do FNE nos Pólos de Desenvolvimento Integrado alcançou, durante o ano de 2003, R\$ 175,8 milhões, representando mais do quádruplo do valor aplicado em 2002 (R\$ 39,9 milhões). Em termos de setores, a agropecuária recebeu 94,8% das inversões realizadas nos pólos, durante o ano de 2003 (Tabela 15).

Com relação às atividades, a agricultura foi beneficiada com R\$ 114,4 milhões, valor 5,6 vezes maior que o aplicado durante o ano de 2002 (R\$ 20,5 milhões). A participação percentual também aumentou em relação a 2002, subindo de 51,5% para 65,0%, absorvendo quase um terço das aplicações totais do FNE nos pólos. O aumento do investimento realizado na produção de grãos, para os pólos Oeste Baiano e Sul do Maranhão, é uma das explicações desta expansão (Gráfico 2).

Na pecuária foram aplicados R\$ 52,3 milhões, o que correspondeu a uma participação de 29,8%. Em contraste com os 16,6 milhões aplicados em 2002, representou um valor três vezes maior, embora a participação percentual tenha caído doze pontos percentuais em relação a 2002, quando foi de 41,7%. O destaque na pecuária foi o financiamento para carcinicultura, em torno de R\$ 29,5 milhões, especialmente nos Pólos de Açu-Mossoró e Baixo Jaguaribe. A carcinicultura representa atividade promissora e em expansão no Nordeste.

Em menor proporção, seguem os investimentos em agroindústria (1,8%), indústria (1,5%), comércio (1,5%) e turismo e serviços (0,4%), totalizando cerca de R\$ 9,0 milhões. Observou-se, em relação a 2002, que os valores aumentaram para a indústria e especialmente para a agroindústria. Nessa última, houve aumento significativo, de R\$ 98 mil para R\$ 3,1 milhões, reflexo do aumento dos investimentos em agricultura e pecuária.

**Tabela 15****FNE 2003 - Aplicações nos Pólos de Desenvolvimento Integrado**

Valores em R\$ mil correntes

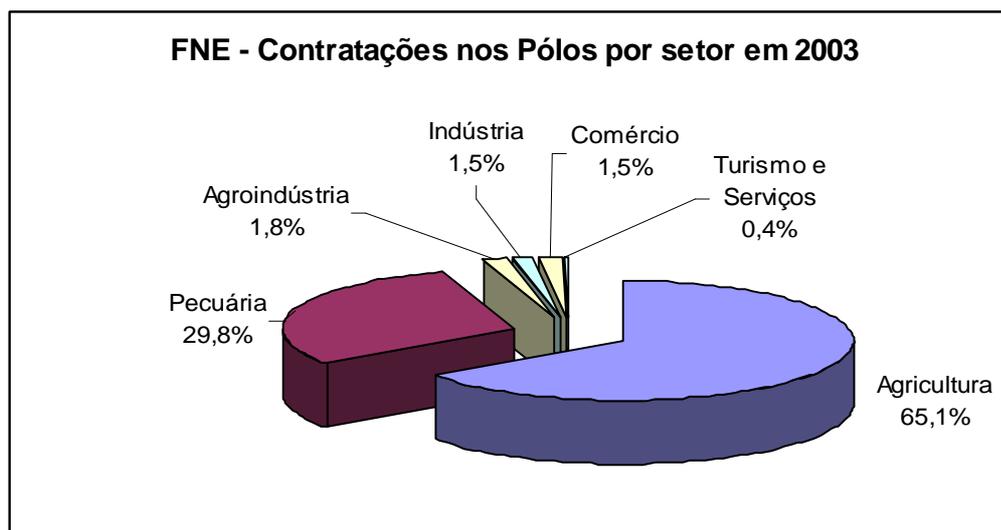
SETOR/SUBSETOR	VALOR	%
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>166.831</b>	<b>94,8</b>
<b>Agricultura</b>	<b>114.433</b>	<b>65,0</b>
- Grãos	62.445	35,4
- Fibras e Têxteis	28.223	16,1
- Fruticultura	14.294	8,1
- Bebidas e Fumo	7.184	4,1
- Outros (1)	2.287	1,3
<b>Pecuária</b>	<b>52.398</b>	<b>29,8</b>
- Carcinicultura	29.586	16,8
- Bovinocultura	15.651	8,9
- Ovinocaprinocultura	6.328	3,6
- Outros (2)	833	0,5
<b>AGROINDÚSTRIA</b>	<b>3.163</b>	<b>1,8</b>
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>2.633</b>	<b>1,5</b>
<b>COMÉRCIO</b>	<b>2.579</b>	<b>1,5</b>
<b>TURISMO E SERVIÇOS</b>	<b>635</b>	<b>0,4</b>
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>175.841</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Nota:

(1) Compreende: especiarias, flores, gramíneas, mudas e sementes, oleaginosas, olericultura, raízes e tubérculos.

(2) Compreende: apicultura, avicultura, piscicultura, suinocultura, eqüinocultura e bubalinocultura.

**Gráfico 2**

Fonte: BNB - Ambiente de Monitoração e Controle

Comparando-se os montantes aplicados nas atividades zoneadas no âmbito dos Pólos, vis-à-vis as parcelas do Fundo destinadas a essas mesmas atividades na Região como um todo, constata-se a focalização dos recursos

nas vocações daquelas regiões especiais. As atividades agropecuárias foram responsáveis por 94,9% das aplicações do FNE nos pólos, enquanto que, para todo o Nordeste, representaram 45,2% (Tabela 16). Considerando-se as principais atividades agrícolas e pecuárias, a participação percentual dos pólos é superior à participação percentual do Nordeste. Quanto aos setores agroindustrial, industrial e de serviços, a participação percentual do Nordeste é superior à participação dos pólos. O setor agropecuário continua sendo o principal foco de atividades nos pólos de desenvolvimento.

Registre-se ainda que os pólos absorveram 91,3% do total de recursos do FNE aplicados com fibras e têxteis. No caso de grãos, os pólos ficaram com 71,3% do total financiado pelo FNE em 2003. Os grandes investimentos para a produção de grãos e algodão, principalmente em pólos agrícolas por excelência, tais como o Oeste Baiano e Uruçuí-Gurguéia, explicam referida destinação de recursos.

**Tabela 16**  
**FNE 2003 - Aplicações Agropecuárias Totais X Aplicações nos Pólos**

Valores em R\$ mil correntes

SETOR/SUBSETOR	Total FNE	% FNE	Pólos	% Pólo
<b>Agricultura</b>	<b>214.997</b>	<b>21,1</b>	<b>114.433</b>	<b>65,1</b>
- Grãos	87.530	8,5	62.449	35,5
- Fruticultura	57.617	5,7	14.294	8,1
- Culturas Industriais (1)	44.503	4,4	28.223	16,1
- Outros (2)	25.347	2,5	9.467	5,4
<b>Pecuária</b>	<b>245.413</b>	<b>24,1</b>	<b>52.398</b>	<b>29,8</b>
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>460.410</b>	<b>45,2</b>	<b>166.831</b>	<b>94,9</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Nota:

(1) Compreende: algodão, sisal, café e fumo

(2) Compreende: especiarias, flores, gramíneas, mudas e sementes, oleaginosas, olericultura, raízes e tubérculos.

## 8.4. Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

### 8.4.1. Contratações por Estado

A demanda total por recursos do FNE (contratações somadas com propostas em carteira) atingiu R\$ 1,705 bilhão em 2003, sendo que R\$ 1,019 bilhão foram contratados e R\$ 686 milhões permaneciam em carteira ao final do ano, Tabela 17. Referida demanda total foi de R\$ 389 milhões em 2002, de forma que registrou-se expressivo incremento na demanda dos recursos do FNE (crescimento de 338% quando se compara 2003 em relação a 2002).

A Tabela 17 apresenta ainda a demanda de recursos por estado, composta das contratações no ano, acrescidas das propostas em carteira ao final de 2003. O Estado do Ceará apresenta-se com maior percentual de

demanda (27,8%), o que o torna responsável pelo maior percentual de contratações (28,2%), seguido pelo Estado da Bahia, com demanda de 23,5% e contratações de 26,7%. Pelos percentuais observados conclui-se que a demanda é o que determina os números finais da distribuição dos recursos, a despeito dos esforços despendidos no sentido de diluir as aplicações entre os estados.

Os estados que apresentaram a maior demanda total por recursos foram Ceará (R\$ 474,6 milhões), Bahia (R\$ 401,1 milhões), Pernambuco (R\$ 186,2 milhões), e Paraíba (R\$ 149,1 milhões) nessa ordem. Além de Ceará, Bahia, Pernambuco e Paraíba, os estados do Maranhão e Sergipe alcançaram o percentual mínimo de contratações do FNE recomendado pelo Ministério da Integração Nacional, isto é, do total dos recursos contratados pelo Fundo, um mínimo de 4,5% deveria ser destinado para cada estado.

**Tabela 17**  
**FNE 2003 - Demanda de Recursos por Estado**

Valores em R\$ mil correntes

Estados	Contratações	%	Propostas em Carteira	Demanda Total	%
Alagoas	28.149,9	2,8	14.353,9	42.503,8	2,5
Bahia	272.340,0	26,7	128.846,4	401.186,4	23,5
Ceará	287.292,5	28,2	187.328,0	474.620,5	27,8
Maranhão	91.658,3	9,0	47.886,2	139.544,5	8,2
Minas Gerais	21.443,5	2,1	11.225,2	32.668,7	1,9
Paraíba	63.175,8	6,2	85.928,1	149.103,9	8,7
Pernambuco	79.419,3	7,8	106.789,3	186.208,6	10,9
Piauí	43.281,0	4,2	30.900,4	74.181,4	4,4
R.G. do Norte	43.154,7	4,2	52.011,0	95.165,7	5,6
Sergipe	70.264,0	6,9	12.438,5	82.702,5	4,8
Espírito Santo	18.994,0	1,9	8.338,5	27.332,5	1,6
<b>TOTAL</b>	<b>1.019.173,0</b>	<b>100,0</b>	<b>686.045,5</b>	<b>1.705.218,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Os Estados de Alagoas, Piauí, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Espírito Santo ficaram, em 2003, com percentuais de contratações abaixo dos referidos 4,5%. O Estado do Rio Grande do Norte atingirá referido percentual caso se considere as propostas em carteira.

O Banco do Nordeste está intensificando esforços no sentido de coordenar as ações dos órgãos de apoio aos setores produtivos em todos os estados de sua área de atuação. Referida articulação político-institucional, especialmente com Secretarias de Planejamento, Indústria, Comércio e Agricultura de cada estado, deverá contribuir para o estímulo e incremento da demanda qualificada em nível estadual. Além disso, o Banco Central autorizou a abertura de agências do BNB no Estado do Espírito Santo, o que certamente

contribuirá para a prospecção de novos negócios naquele estado e o conseqüente aumento de aplicações do FNE.

Em termos setoriais, a Bahia se destacou nas contratações rurais, industriais e comerciais, assim como no número de beneficiários. O Ceará foi o estado de desempenho mais relevante nas contratações industriais e agroindustriais. Deve-se ressaltar o desempenho do Maranhão, que se sobressaiu como o terceiro colocado nas contratações rurais e totais, além de ocupar o segundo posto em número de beneficiários. No total contratado, Ceará, Bahia e Maranhão, nessa ordem, se destacaram, com Pernambuco ocupando a quarta posição (Tabela 18).

**Tabela 18**  
FNE 2003 - Contratações por Estado e por Setores (1)

Valores em R\$ mil correntes

Estados	Setor Rural	Setor Agroindust.	Setor Industrial	Setor Comercial	Total Estado	Número de Benef.
Alagoas	8.361,1	3.418,3	13.293,7	3.076,8	28.149,9	3.805
Bahia	144.142,1	3.121,7	105.515,9	19.560,3	272.340,0	31.641
Ceará	70.356,4	11.674,5	195.958,6	9.303,0	287.292,5	11.771
Maranhão	66.776,0	647,3	14.620,5	9.614,5	91.658,3	18.247
Norte de Minas Gerais	18.569,8	0,0	1.185,5	1.688,2	21.443,5	4.472
Paraíba	11.784,9	144,4	36.323,9	14.922,6	63.175,8	4.391
Pernambuco	30.695,9	1.258,2	28.568,7	18.896,5	79.419,3	12.230
Piauí	37.486,0	139,0	992,7	4.663,3	43.281,0	9.403
R. G. Norte	27.969,4	0,0	11.869,3	3.316,0	43.154,7	10.937
Sergipe	27.995,7	613,2	32.799,6	8.855,5	70.264,0	8.948
Norte do Espírito Santo	16.272,3	0,0	1.001,5	1.720,2	18.994,0	1.468
<b>Total</b>	<b>460.409,6</b>	<b>21.016,6</b>	<b>442.129,9</b>	<b>95.616,9</b>	<b>1.019.173,0</b>	<b>117.313</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Nota: (1) Por "Contratação" entende-se a realização de operações em 2003, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Considerando-se as diferenças existentes entre os estados da área de atuação do Banco (tais como população, porte econômico, composição do PIB, etc), torna-se necessário ponderar as aplicações dos estados pelo tamanho geográfico e populacional das diferentes unidades federativas, bem como pelo porte das economias.

No que respeita às aplicações por habitante, Sergipe foi o estado que apresentou o maior índice, seguido pelo Ceará e Espírito Santo. Considerando-se a relação aplicações do FNE rural/PIB do setor primário, novamente Sergipe desponta em primeiro lugar, seguido pelos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará. No que se refere à relação aplicações do FNE industrial/PIB do setor secundário, Ceará, Paraíba e Sergipe foram os estados que apresentaram os maiores índices (Tabela 19).

**Tabela 19**

FNE 2003 - Contratações em Relação à População e ao PIB dos Estados

Estados	FNE/População		FNE RUR/PIB Prim.		FNE IND/PIB Secund.	
	R\$/Hab.(2)	Ordem	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	9,97	11	1,0	8	0,59	5
Bahia	20,84	4	2,6	5	0,49	6
Ceará	38,66	2	6,3	3	2,45	1
Maranhão	16,22	6	1,4	6	0,60	4
Norte de Minas Gerais	14,34	9	3,0	4	0,05	10
Paraíba	18,34	5	0,2	10	1,08	2
Pernambuco	10,03	10	0,9	9	0,28	7
Piauí	15,22	8	1,1	7	0,07	9
Rio G. do Norte	15,54	7	6,5	2	0,28	8
Sergipe	39,38	1	12,4	1	0,76	3
Norte do Espírito Santo	25,60	3	n.d.	-	n.d.	-

Fontes: BNB – ETENE, IBGE e SUDENE

Percebe-se assim que, ao se ponderar as aplicações do FNE pelo tamanho das unidades federativas, estados de porte pequeno têm recebido, em termos relativos, montante de crédito superior quando comparado com os estados de maior dimensão populacional e econômica.

#### 8.4.2. Contratações no Semi-Árido e Fora do Semi-Árido

A legislação que regulamenta as aplicações dos recursos do FNE determina que, no mínimo, 50% dos recursos do Fundo sejam investidos no sub-espaço do Nordeste e Norte de Minas Gerais devidamente caracterizada como semi-árido. Referida determinação justifica-se por se tratar de uma das sub-áreas menos desenvolvidas de todo o País.

Em conformidade com essa legislação, o BNB destinou para o semi-árido, através do FNE e no período 1989-2003, valores acumulados da ordem de R\$ 4,3 bilhões. As citadas inversões representam aproximadamente 48,1% dos recursos aplicados pelo FNE nesse período. As demais sub-áreas do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo foram beneficiadas, no período em questão, com R\$ 4,7 bilhões, equivalente a 51,9% das inversões do FNE (Tabela 20).

**Tabela 20****FNE 2003 - Contratações Acumuladas no Semi-Árido e em Outras Áreas (1)**

Valores em R\$ mil correntes

Áreas	Valor	%
Semi-Árido	4.382.355	48,1
Outras Áreas	4.728.798	51,9
<b>Total</b>	<b>9.111.153</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período 1989-2003, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

É sabido que o volume de investimentos realizados em uma região é fortemente influenciado por diferentes fatores, dentre os quais pode-se destacar os aspectos sazonais das atividades produtivas, os ciclos de negócios, a demanda qualificada por recursos, os riscos inerentes às operações de crédito, o tamanho e perspectivas de crescimento das economias, bem como a capacidade empresarial local. Levando-se em conta esses aspectos, e considerando a busca pela sustentabilidade da carteira de empreendimentos financiados, além da qualificação do patrimônio do FNE, a determinação legal de se aplicar pelo menos 50% dos recursos do Fundo para o semi-árido deve ser alcançada em uma perspectiva de médio prazo. Nesse sentido, as aplicações do FNE no semi-árido estão bem próximas do percentual mínimo requerido pela legislação em vigor.

Especificamente em relação a 2003, a sub-região semi-árida demandou recursos da ordem de R\$ 293,2 milhões, o que representou o maior volume de inversões dos últimos quatro anos nesse sub-espço. Na verdade, os investimentos do FNE no semi-árido, em 2003, registraram incremento nominal da ordem de 151,9% em comparação ao ano de 2002. Em termos percentuais, as inversões no semi-árido, em 2003, representaram 28,8% do total de aplicações do FNE (Tabela 21).

No que se refere ao número de beneficiários, um total de 62.069 empreendedores e empresas localizados no semi-árido receberam recursos do FNE, o que correspondeu a 52,9% do total de beneficiários do Fundo em 2003.

**Tabela 21**  
FNE 2003 - Contratações no Semi-Árido e em Outras Áreas (1)

Valores em R\$ mil correntes				
Áreas	Nº Beneficiários	%	Valor (1)	%
Semi-árido	62.069	52,9	293.272	28,8
Outras Áreas	55.244	47,1	725.901	71,2
<b>Total</b>	<b>117.313</b>	<b>100,0</b>	<b>1.019.173</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações em 2003, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

#### 8.4.3. Contratações por Porte de Beneficiário

Os mini e pequenos empreendedores e empresas receberam do FNE, no período 1989-2003, um total acumulado de R\$ 5,0 bilhões, o que representa 55,9% das aplicações totais do Fundo nesse período. Dessa forma, o BNB mantém a tendência de priorizar os empréstimos para pequenos empreendimentos.

Especificamente em 2003, os mini e pequenos empreendedores receberam R\$ 281,0 milhões, significando a maior soma de recursos dos últimos três anos destinada a essa categoria, além de representar incremento de 53,6% em relação ao montante que esses produtores receberam em 2002. As aplicações do FNE com mini e pequenos produtores equivaleram a 27,6% do total das aplicações do Fundo em 2003. No total, 115.723 mini e pequenos empreendedores foram beneficiados (Tabela 22 e Gráfico 3).

As aplicações com mini e pequenos empreendedores estão fortemente correlacionadas com o setor rural. Assim é que, aproximadamente 83,8% dos recursos aplicados com mini e pequenos empreendedores diz respeito a financiamentos rurais. Além disso, do total de recursos aplicados no FNE Rural, os mini e pequenos produtores foram beneficiados com R\$ 235,4 milhões, o que representou 51,1% do total de recursos destinado a esse setor.

Os médios empreendedores receberam, no período 1989-2003, um total de R\$ 896,4 milhões do FNE, o que equivale a 9,8% do total de inversões do Fundo nesse período. Em 2003, referida categoria foi beneficiada com R\$ 155,0 milhões -- 15,2% dos recursos do FNE. No total, 1006 médios empreendedores foram beneficiados.

A categoria dos grandes produtores recebeu, no período 1989-2003, a soma de R\$ 3,1 bilhões do FNE, ou seja, 34,3% do total das inversões do Fundo nesse período. Em 2003, referida categoria foi beneficiada com R\$ 583,1 milhões, isto é, com 57,2% do total de aplicações. O número de grandes empresas beneficiadas com recursos do fundo em 2003 foi de 584. As

aplicações com grandes empresas estão fortemente correlacionadas com o setor industrial. Os grandes empreendedores do setor industrial receberam R\$ 347,9 milhões em 2003, o que representou 59,7% do total de recursos aplicados com essa categoria. Além disso, do total de recursos aplicados no FNE industrial, cerca de 78,7% foi destinado às grandes empresas.

**Tabela 22**  
**FNE 2003 - Contratações por Categorias de Beneficiários e Setores (1)**

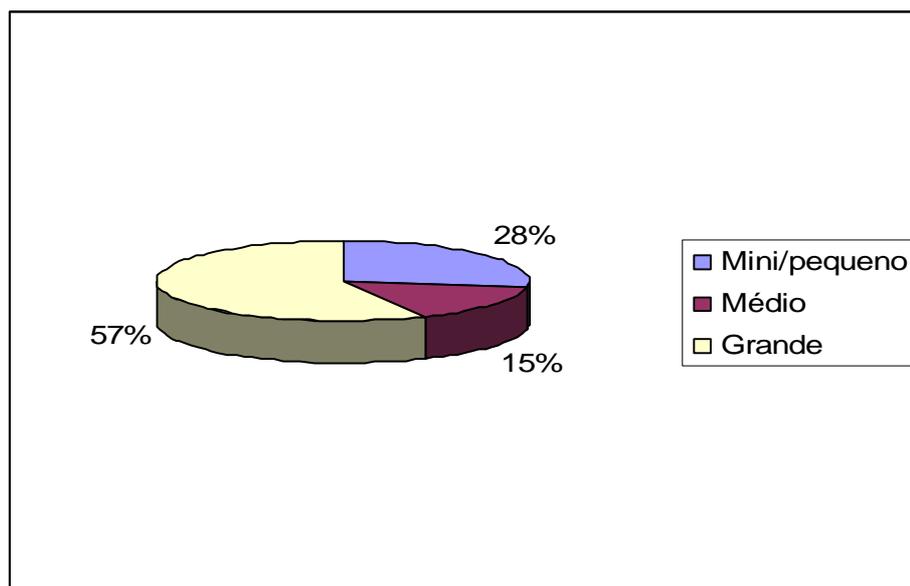
Valores em R\$ mil correntes

Categoria	Rural		Agroindustrial		Industrial		Comercial		Total	
	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.
Mini/Pequeno	235.486	113.591	1.446	80	15.986	1.170	28.085	882	281.002	115.723
(%)	51,1	98,9	6,9	67,8	3,6	89,9	29,4	88,0	27,6	98,6
Médio	33.541	794	9.651	26	78.212	83	33.648	103	155.051	1.006
(%)	7,3	0,7	45,9	22,0	17,7	6,4	35,2	10,3	15,2	0,9
Grande	191.383	507	9.920	12	347.933	48	33.884	17	583.119	584
(%)	41,6	0,4	47,2	10,2	78,7	3,7	35,4	1,7	57,2	0,5
<b>Total</b>	<b>460.410</b>	<b>114.892</b>	<b>21.017</b>	<b>118</b>	<b>442.130</b>	<b>1.301</b>	<b>95.617</b>	<b>1002</b>	<b>1.019.173</b>	<b>117.313</b>
<b>(%)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações em 2003, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

**Gráfico 3**  
**FNE 2003 - Contratações por Categoria de Beneficiários (valores)**



Fonte: Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

#### 8.4.4. Contratações por Prioridade Econômica

Observa-se que a ordem de aplicação dos recursos do FNE, no que diz respeito às prioridades das atividades, permanece inalterada em relação a 2002. Em primeiro lugar estão as atividades enquadradas como prioridade 1 (P1), correspondendo a 79,4% ou R\$ 809,7 milhões. Seguem as atividades tidas como prioridade 2 (P2), que correspondem a 17,1% ou R\$ 174,1 milhões, e atividades consideradas prioridade 3 (P3), 3,5% ou R\$ 35,2 milhões (Tabela 23).

**Tabela 23**  
**FNE 2003 – Contratações por Prioridades Econômicas**

Valores em R\$ mil correntes

Nível de Prioridade	Contratações (1)	
	Valor	%
§ Um	809.735,0	79,4
§ Dois	174.140,4	17,1
§ Três	35.297,6	3,5
<b>TOTAL</b>	<b>1.019.173,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações em 2003, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Verifica-se, no entanto, que apesar da conservação da ordem de focalização das aplicações, estas sofreram alterações em seus montantes, quando comparadas com o ano anterior. As atividades P1, que em 2002 representavam 88,6% das aplicações, neste ano de 2003 representaram 79,4%, enquanto as atividades P2 passaram de 9,3% em 2002, para 17,1% em 2003. Finalmente, as atividades P3 saltaram de 2,1% em 2002, para 3,5% em 2003.

A definição dessas prioridades resultou de um amplo trabalho do BNB (em 1998), para definição do seu mercado-alvo de atuação. Assim, classificou-se as prioridades em três grupos: as atividades econômicas que “devem” ser induzidas (prioridade 1 – P1), as que “podem” ser induzidas (prioridade 2 – P2) e as atividades tradicionais, a serem atendidas durante um período de transição de uma estrutura produtiva pouco agregadora de valor para uma que resulte em maior desenvolvimento (prioridade 3 – P3).

Para compor cada um desses grupos, levou-se em consideração o fator locacional, o nível de estruturação das atividades em cada município, a importância “a priori” de cada uma delas, do ponto de vista regional e estadual, de forma a se obter as prioridades que levassem em conta os interesses regionais e locais.

Nesse mister, o BNB contou com o apoio das Secretarias de Estado ligadas às várias atividades. Para cada município do Nordeste, estão definidas as atividades enquadradas em cada um dos níveis de prioridade, os quais servem para direcionar o planejamento negocial das agências.

## **9. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL**

Em 2003, o BNB deflagrou uma ampla revisão de sua estrutura organizacional com o objetivo de atender aos desafios colocados pelo Governo Federal e pela atual Administração do Banco. As mudanças buscaram proporcionar maior agilidade ao processo decisório, atender às necessidades de separação de determinadas funções, integrar atividades da mesma natureza, eliminar superposição de atividades e aumentar a integração do Banco com o mercado.

Estas mudanças, ocorridas ao longo do exercício de 2003, compreenderam desde a criação de área voltada para o gerenciamento da carteira de cliente no que diz respeito ao desempenho dos seus negócios, visando à ampliação e sustentabilidade da empresa, bem como de área específica para o gerenciamento do risco, de forma a atender as exigências legais quanto à segregação das funções de risco de crédito e análise de projetos e operações de crédito, separando-as das atividades de administração de crédito.

Outra medida de caráter preventivo foi a estruturação do Ambiente de Controles Internos, com atuação segregada das demais funções do Banco, este ambiente está voltada para a execução de atividades preventivas voltadas para a verificação da conformidade dos procedimentos internos desenvolvidos pelas Unidades Administrativas e Operacionais. Antes a sistemática de controle praticada no Banco era realizada de forma descentralizada pelas unidades gestoras, a partir de visões pontuais, acarretando riscos operacionais e retrabalhos retardando os processos negociais e elevando custos.

Com a medida, o Banco atende também à Resolução do BACEN 2554, de 24/09/1998, que determina às Instituições Financeiras a implantação de uma estrutura de controles internos efetiva, com a definição de atividades de controle para todos os níveis de negócio.

Complementarmente, um novo direcionamento foi dado à política de recuperação de crédito, em virtude da morosidade observada no ajuizamento de ações e, sobretudo, da ausência de cobrança administrativa e judicial dentro dos prazos previstos.

Assim, no contexto da reestruturação, criou-se o Ambiente de Recuperação de Crédito, com a responsabilidade básica de promover ações efetivas para recuperação dos créditos inadimplidos, elaborando e implementando iniciativas que ofereçam soluções corporativas e maior celeridade e eficiência à renegociação desses créditos.

Ainda visando dar efetividade às ações desse novo Ambiente, foram criadas cinco Gerências de Recuperação de Crédito, uma em cada Superintendência Regional, de modo a promover uma atuação direta na negociação das operações em situação de atraso ou prejuízo. O Banco também implementou ações sistemáticas com vistas a evitar a ocorrência de operações em atraso, reduzindo a inadimplência e obtendo melhores resultados econômico-financeiros. As ações foram acompanhadas de um monitoramento permanente das medidas adotadas pelas agências para regularização das dívidas dos mutuários.

Para alcance do resultado esperado, verificou-se a necessidade de agilizar o ritual utilizado pelo Banco para promover a cobrança judicial de seus créditos, imprimindo dessa forma maior rigor aos prazos estipulados nos normativos internos, ou seja, ajuizar a cobrança da dívida no prazo máximo de 60 dias após o vencimento da operação, bem como que cada processo seja concluído e entregue ao advogado para ajuizamento da dívida no menor tempo possível após a decisão de se iniciar a cobrança judicial.

Com efeito, a área jurídica do BNB foi reestruturada para dar consequência ao novo direcionamento estratégico do Banco. Dentre outras medidas, a nova estrutura da Superintendência Jurídica contempla a recomposição do quadro de advogados, bem como a revisão da sistemática de contratação dos advogados terceirizados, com vistas à melhoria no acompanhamento dos processos judiciais, para dar maior celeridade no ajuizamento de cobranças de dívidas e no andamento processual, buscando maior desempenho na recuperação dos créditos.

Como resultado dessas ações de recuperação de crédito já empreendidas, sejam de ordem administrativa ou judicial, foram regularizadas, **no ano de 2003**, operações no valor total de **R\$ 405,8 milhões**, que propiciaram o recebimento em dinheiro, de **R\$ 70,2 milhões** (Tabela 24).

**Tabela 24**  
FNE 2003 - Operações Renegociadas em 2003

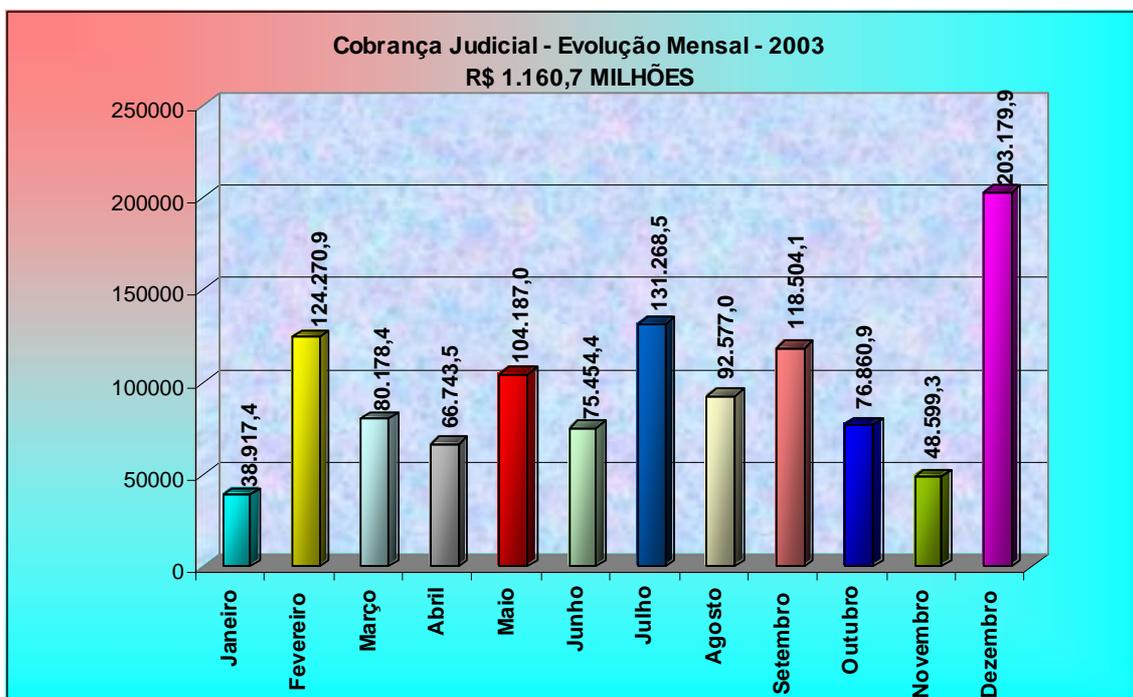
Valores em R\$ mil correntes

	Qtde de Operações Renegociadas	Valor Renegociado	Valor Recebido em CASH	Valor Total
FNE	171.183	335.542	70.276	405.818
Outras Fontes	130.554	160.617	139.774	300.392
<b>TOTAL</b>	<b>301.737</b>	<b>496.159</b>	<b>210.050</b>	<b>706.210</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

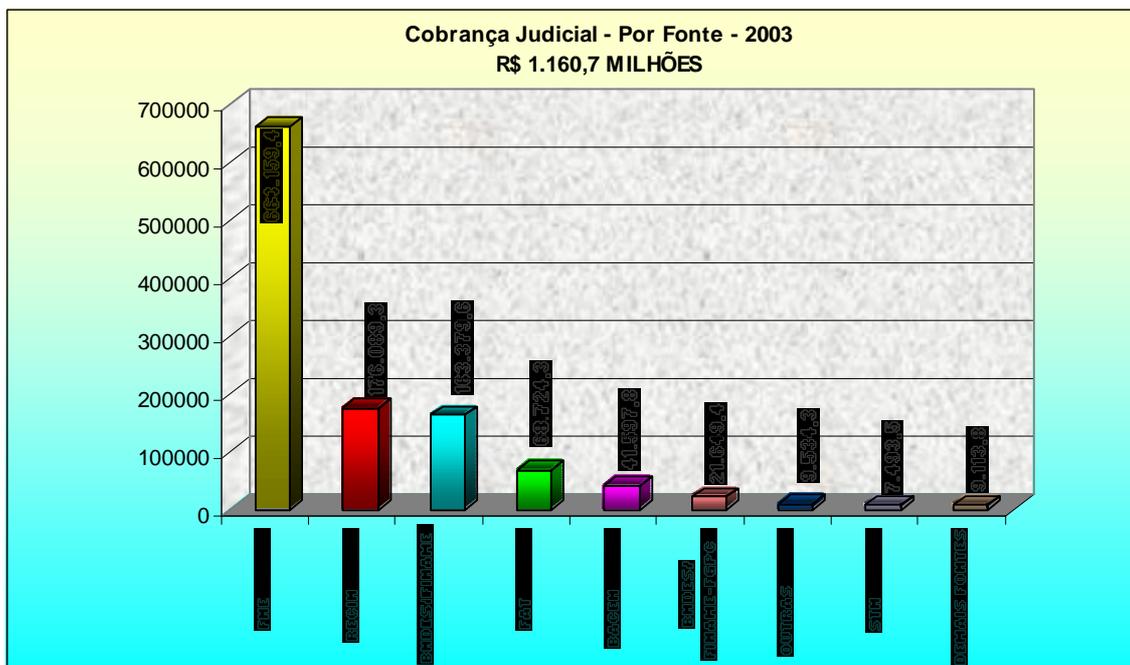
Quanto à cobrança judicial, o exercício foi encerrado com um estoque de aproximadamente **20 mil processos** em execução judicial pelo Banco, referentes a **30 mil operações**, das quais 9.652 referentes a créditos com recursos do FNE. Vale destacar que somente em 2003 foram ajuizadas 8 mil operações, envolvendo **R\$ 1,2 bilhão** (Gráfico 4), das quais 3.711 pertencentes ao FNE, no total de R\$ 639,1 milhões.

**Gráfico 4**



Como se observa no Gráfico 5 abaixo, **57 %** do montante das operações que foi ajuizado no exercício de 2003, ou seja, **R\$ 663,2 milhões**, correspondem a operações amparadas com recursos do FNE. O que denota a ação efetiva que está sendo empreendida quanto à cobrança judicial, de não mais postergar o ajuizamento dos créditos por longos e infundáveis prazos, como até então era adotado, por se tratarem de operações passíveis de enquadramento nas medidas legais vigentes.

**Gráfico 5**



### 9.1. Inadimplimento das Operações

Conforme relatado acima, os esforços estão sendo empreendidos e as ações intensificadas e acompanhadas sistematicamente. Contudo, entende-se que as respostas aos esforços que vêm sendo desenvolvidos pelo BNB no sentido de reduzir o nível de inadimplência, não ocorrem em um horizonte de curto prazo, entretanto, projeta-se uma tendência de reversão desse quadro.

Por outro lado, há de se acrescentar, que a variável inadimplência tem, também, como origem fatores conjunturais que afetam o mercado de crédito como um todo, não sendo tão somente restrita ao Banco do Nordeste do Brasil. Além disso, somaram-se as adversidades climáticas que, historicamente, atingem a área de atuação do Banco e com as quais tem-se buscado um aprendizado de adaptação e convivência.

Portanto, conforme demonstrada nas Tabelas 25, 26, e 27, ainda é alta a taxa de inadimplência com relação às operações do FNE, que em termos globais apresenta-se em 39,89%.

Quanto ao porte dos beneficiários, observa-se que as maiores taxas de inadimplência ocorreram nas categorias de médio (47,99%) e grande produtor (59,22%). Em relação à categoria de pequeno produtor apresentou inadimplência de 27,02% (Tabela 25).

**Tabela 25**  
**FNE 2003 – Saldos em Atraso por Porte do Beneficiário**  
**Posição em 31.12.2003**

Valores em R\$ mil

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações	Saldo em Atraso	Inadimplência	Inadimplência do Segmento
		(%) (1)		(%) (1)	(%) (2)
<b>Pequeno</b>	6.800.327	56,21	1.837.284	15,19	27,02
<b>Médio</b>	1.326.004	10,96	636.379	5,26	47,99
<b>Grande</b>	3.970.817	32,83	2.351.619	19,44	59,22
<b>TOTAL</b>	<b>12.097.148</b>	<b>100,00</b>	<b>4.825.282</b>	<b>39,89</b>	<b>39,89</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Notas: (1) Percentuais em relação ao total das aplicações

(2) Percentuais em relação à aplicação do segmento

Relativamente aos setores beneficiados, conforme Tabela 26, a maior inadimplência ocorreu no setor agroindustrial, registrando percentual de 80,66%. Segue-se o setor industrial com 60,84%. A inadimplência das operações rurais foi de 29,21 % e do setor comercial foi de 0,40%.

**Tabela 26**  
**FNE 2003 – Saldos em Atraso por Setor**  
**Posição em 31.12.2003**

Valores em R\$ mil

Setor	Saldo Aplicações	Aplicações	Saldo em Atraso	Inadimplência	Inadimplência do Segmento
		(%) (1)		(%) (1)	(%) (2)
<b>Rural</b>	8.426.768	69,66	2.461.654	20,35	29,21
<b>Agroindustrial</b>	897.834	7,42	724.195	5,99	80,66
<b>Industrial</b>	2.694.139	22,27	1.639.118	13,55	60,84
<b>Comercial</b>	78.407	0,65	315	0,00	0,40
<b>TOTAL</b>	<b>12.097.148</b>	<b>100,00</b>	<b>4.825.282</b>	<b>39,89</b>	<b>39,89</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Notas: (1) Percentuais em relação ao total das aplicações

(2) Percentuais em relação à aplicação do segmento

**Tabela 27**  
**FNE 2003 – Saldos em Atraso por Faixa de Valor**  
**Posição em 31.12.2003**

Faixa de valor	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (1)	Saldo em Atraso	Valores em R\$ mil	
				Inadimplência (%) (1)	Inadimplência do Segmento (%) (2)
Até 35 mil	5.314.324	43,93	2.060.680	17,03	38,78
De 35 mil a 1 Milhão	3.570.227	29,51	1.349.805	11,16	37,81
Acima de 1 Milhão	3.212.597	26,56	1.414.797	11,70	44,04
<b>TOTAL</b>	<b>12.097.148</b>	<b>100,00</b>	<b>4.825.282</b>	<b>39,89</b>	<b>39,89</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Notas: (1) Percentuais em relação ao total das aplicações

(2) Percentuais em relação à aplicação do segmento

## **10. RECOMENDAÇÕES DO PARECER DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – OFÍCIO Nº 06/GFC/DFD**

O Ministério da Integração Nacional, tendo como referência o Relatório de Atividades e Resultados do FNE – Primeiro Semestre de 2003, elaborado pelo BNB, orientou o cumprimento das recomendações contidas no item 7 do citado Parecer, que foram incorporadas ao presente Relatório.

No que concerne às recomendações que dizem respeito ao incremento de financiamentos do PRONAF – Grupo A, as aplicações do FNE com esse programa alcançaram, em 2003, o expressivo montante de R\$ 118,1 milhões, ou seja, 11,6% das aplicações totais do FNE em 2003. As aplicações com o PRONAF A, em 2003, registraram incremento de 80,0% quando comparadas com o ano de 2002.

Quanto ao desenvolvimento de mecanismos voltados para o incremento das aplicações e redução das elevadas disponibilidades, vale ressaltar que as aplicações no presente exercício atingiram o expressivo montante de R\$ 1,019 bilhão, ou seja, o segundo maior saldo de aplicações da história do FNE, tendo-se ainda registrado incremento superior a quatro vezes os valores aplicados em 2002.

Comentou-se amplamente no corpo do presente relatório as recomendações para que o Banco observe especial atenção aos estados com pequenas aplicações, inclusive com a realização de seminários e articulações inter-institucionais. O documento contém ainda explicações sobre o incremento de financiamentos com os pequenos produtores e empresas, além do detalhamento sobre as aplicações no semi-árido.

Em relação à campanha de marketing sobre o FNE, o Banco deverá intensificar a divulgação do Fundo ainda no primeiro semestre de 2004.

No que tange à recomendação emanada do Ministério da Integração Nacional, referente à constituição de provisões na contabilidade do FNE, cumpre registrar que o tema remete à definição de critérios para a contabilização dessas provisões, bem como para o reconhecimento de perdas no patrimônio do Fundo.

O assunto, que tem impactos relevantes sobre a apuração do resultado primário das contas do Governo Federal, transcende os méritos dos aspectos de gestão do FNE, de responsabilidade do Banco do Nordeste do Brasil, e tem sido objeto de estudos conduzidos sob a coordenação do Ministério da Fazenda e do próprio Ministério da Integração Nacional, responsáveis pela padronização das informações contábeis dos Fundos Constitucionais.

Nesse contexto, vale ressaltar, por importante, que os critérios de provisionamento e reconhecimento de perdas definidos para as instituições financeiras não se afiguram adequados para aplicação pelos Fundos Constitucionais, dadas as características especiais de que se revestem esses Fundos.

Em função disso, o Conselho de Administração do Banco aprovou, após deferimento pela Diretoria, proposta contendo sugestões de procedimentos para o reconhecimento de perdas no patrimônio do FNE e para a constituição de provisões, na contabilidade do Banco, relativas às operações com recursos do Fundo, em substituição aos critérios definidos na Resolução No. 2.682, do Conselho Monetário Nacional.

Esse conjunto de regras foi encaminhado à apreciação do Ministério da Fazenda, e o Banco do Nordeste, considerando a atribuição legal conferida àquele Ministério e ao Ministério da Integração Nacional para, em conjunto, definirem a padronização contábil desses Fundos, aguarda as necessárias definições quanto ao assunto.

Em função disso, as Demonstrações Financeiras do FNE, relativas ao exercício de 2003, não apresentam registro de provisões para operações de crédito, tendo sido registrados nas Notas Explicativas apenas a distribuição das parcelas vincendas e vencidas dos contratos com valores em atraso, conforme a Tabela 28, a seguir:

**Tabela 28**  
**FNE 2003 - Faixas de Atraso, Parcelas Vincendas e Parcelas Vencidas**  
**Posição em 31.12.2003**

Valores em R\$ mil

Faixa de Atraso	Parcelas Vincendas	Parcelas Vencidas
Até 1 ano	1.276.236	204.009
De 1 a 2 anos	974.131	579.162
De 2 a 3 anos	613.518	477.546
De 3 a 4 anos	438.392	858.237
De 4 a 5 anos	217.277	543.904
De 5 a 6 anos	79.188	500.163
De 6 a 7 anos	85.759	568.691
De 7 a 8 anos	28.392	933.567
Acima de 8 anos	5.392	160.003
<b>TOTAL</b>	<b>3.718.285</b>	<b>4.825.282</b>

Fonte: Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

Relativamente ao valor cobrado pelo Banco do Nordeste a título de taxa de administração (item 4.5 do referido parecer), sugerimos seja o assunto apreciado pela Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, por ocasião do exame do processo de prestação de contas do FNE e, em nível de julgamento, pelo Tribunal de Contas da União – TCU."

## 11. ANEXOS

### QUADRO-RESUMO DOS PROGRAMAS DO FNE – 2003

PROGRAMAS	OBJETIVOS	ITENS FINANCIÁVEIS/ BENEFICIÁRIOS
<b>I – SETOR RURAL</b>		
<b>RURAL</b>		
§ Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	§ Fortalecer e modernizar a infra-estrutura produtiva das empresas que exploram a pecuária, diversificar suas atividades e melhorar a genética do rebanho em áreas selecionadas. § Aumentar a produção e a produtividade das culturas melhor adaptáveis às áreas de sequeiro, mediante o aproveitamento de novas áreas agrícolas e melhoria do nível tecnológico das explorações. § Aumentar a produção de alimentos, matérias-primas agroindustriais e produtos de exportação, mediante a adoção de tecnologias modernas, a diversificação de culturas e a ampliação da área irrigada da Região.	§ Bovinocultura de leite e corte, ovinocaprinocultura, piscicultura, carcinicultura marinha, bubalinocultura de corte e leite, apicultura, pesca artesanal, sericicultura, avicultura e suinocultura. § Produção de grãos: culturas industriais, fruticultura, olericultura, amiláceas, especiarias, sementes e mudas. § Produção de grãos: olericultura, culturas industriais, fruticultura tropical, sementes e mudas e outras culturas.

## QUADRO-RESUMO DOS PROGRAMAS DO FNE - 2003

PROGRAMAS	OBJETIVOS	ITENS FINANCIÁVEIS/ BENEFICIÁRIOS
<b>II. SETOR AGROINDUSTRIAL</b>		
<b>AGRIN</b>		
§ Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria Alimentar	§ Fomentar a implantação, ampliação e modernização de unidades agroindustriais no Nordeste, visando a elevar a competitividade desse subsetor, aumentar as oportunidades de emprego, promover melhor distribuição de renda e induzir a interiorização do desenvolvimento.	§ Formação de capital fixo ou misto destinado à implantação, ampliação e modernização das agroindústrias alimentares processadoras de matérias-primas produzidas no Nordeste.
<b>III- SETOR INDUSTRIAL</b>		
<b>1- INDUSTRIAL</b>		
§ Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	§ Estimular empreendimentos das indústrias produtoras de bens de capital e de consumo intermediário, de alto poder germinativo, capazes de contribuir para a aceleração das taxas de crescimento da economia regional e a geração de empregos.	§ Financiamento para implantação, expansão, modernização e realocação de indústrias que compõem os complexos de minerais não metálicos, complexo químico e complexo metal-mecânico.
	§ Apoiar as indústrias tradicionais selecionadas, como forma de ampliar sua competitividade e aumentar sua contribuição para o crescimento econômico regional.	

## QUADRO-RESUMO DOS PROGRAMAS DO FNE – 2003

PROGRAMAS	OBJETIVOS	ITENS FINANCIÁVEIS/ BENEFICIÁRIOS
	§ Apoiar setores que apresentam razoáveis efeitos dinâmicos, mas que não foram contemplados em programas específicos do setor industrial.	§ Apoio à implantação, expansão, modernização e realocação de empresas que atuem nos segmentos de material elétrico e de comunicações, papel e papelão, borracha, produtos farmacêuticos e veterinários, bebidas, madeira, mobiliário, produtos alimentares, editorial e gráfica e artesanato.
<b>2 - PROATUR</b>		
§ Programa de Apoio ao Turismo Regional	§ Direcionar os financiamentos aos pequenos e microempreendimentos como forma de melhor integrá-los ao complexo turístico regional, proporcionando o aumento da oferta de empregos, a melhoria da distribuição de renda e a indução ao uso racional das potencialidades turísticas da Região.	§ Implantação, ampliação e modernização de pousadas, hotéis, áreas de "camping", agências de turismo; restaurantes localizados nos corredores turísticos.
<b><u>IV-PROGRAMAS ESPECIAIS</u></b>		
<b>1 - PROGER</b>		
§ Programa de Fomento à Geração de Emprego e Renda no Nordeste do Brasil	§ Desenvolver ações voltadas para a criação de emprego e geração de renda junto às populações mais carentes, através do fomento às atividades produtivas, à capacitação e à criação de infra-estrutura, de forma a dotar as comunidades beneficiadas de instrumentos que permitam seu desenvolvimento em bases auto-sustentáveis.	§ Enquadráveis nas linhas de investimento ( fixo, semifixo e misto ), custeio, capital de giro e comercialização, e serão direcionados para ações a seguir: cooperativismo, aproveitamento de açudes públicos, dos rios perenes, da pequena agroindústria, da pequena microempresa, indústria artesanal, agregação de famílias em situações de pobreza absoluta.

## QUADRO-RESUMO DOS PROGRAMAS DO FNE – 2003

PROGRAMAS	OBJETIVOS	ITENS FINANCIÁVEIS/ BENEFICIÁRIOS
<b>2 - PRODESA</b>		
§ Programa de Apoio Creditício à Reorientação da Pequena e Média Unidade Produtiva Rural do Semi-Árido Nordestino	§ Fortalecer e reestruturar as pequenas e médias unidades produtoras do semi-árido a partir da criação de modelos de exploração de propriedades rurais, como efeito-demonstração para um maior número de agricultores.	§ Profissionais da área de ciências agrárias, com nível superior, que satisfarão condições como residir no imóvel objeto do financiamento, comprometam-se a colaborar na difusão do modelo e dediquem-se exclusivamente ao projeto.  § Pequenos e médios produtores rurais com imóvel até 500 ha e que se comprometam a introduzir na propriedade tecnologias adaptadas ao meio e às condições específicas do imóvel.
<b>3 - PRODETEC</b>		
§ Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico		
<b>A. INCUBADAS</b>		
§ Apoio às Empresas Instaladas em Parques de Desenvolvimento Tecnológico ou Pólos de Modernização Tecnológica do NE	§ Contribuir para acelerar a transformação de resultados de pesquisa em bens produzidos em escala industrial.	§ Apoio à indústria de micro e pequeno portes vinculadas a parques tecnológicos ou a elas associadas.
<b>B. PROTEC</b>		
§ Apoio às Indústrias e Tecnologia de Ponta	§ Estimular a participação nordestina no segmento de indústrias de alta tecnologia do País.	§ Apoio à informática, química fina, biotecnologia, mecânica de precisão, telecomunicação digital e microeletrônica, instrumentação geral e automação industrial.

## QUADRO-RESUMO DOS PROGRAMAS DO FNE – 2003

PROGRAMAS	OBJETIVO	ITENS FINANCIÁVEIS/ BENEFICIÁRIOS
<b>C. TRANSFER</b>		
§ Apoio à Compra e Absorção de Tecnologia	§ Garantir o crescimento de empresas industriais com potencial para investir em desenvolvimento tecnológico, através da compra e absorção de tecnologias geradas no País ou no exterior.	§ Atendimento a programas de compra e absorção de tecnologia, transferência de tecnologias e apoio à participação em "joint venture" tecnológico.
<b>D. P &amp; D</b>		
§ Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento	§ Apoiar o desenvolvimento da pesquisa de novos produtos e processos industriais.	§ Financiamento para programas e projetos de P & D em empresas, individualmente ou em consórcios de pesquisa cooperativa, implantação de centros de pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos que incorporem novos conhecimentos.
<b>E. GERIR</b>		
§ Apoio à Modernização Organizacional	§ Promover a modernização organizacional das empresas dos setores industrial, agroindustrial e mineral do Nordeste, através do estímulo à adoção de novas técnicas de gestão e organização do processo produtivo, que lhes incrementem a competitividade.	§ Financiar empreendimentos que incorporem técnicas modernas de gestão e de organização da produção e a implantação de processos produtivos automatizados e integrados.
<b>F. PROINTEC</b>		
§ Apoio a Inovações Tecnológicas na Agropecuária	§ Introdução e difusão de novos sistemas e técnicas de exploração agropecuária.	§ Financiar a introdução e difusão de equipamentos e tecnologias agropecuários

## QUADRO-RESUMO DOS PROGRAMAS DO FNE – 2003

PROGRAMAS	OBJETIVO	ITENS FINANCIÁVEIS/ BENEFICIÁRIOS
<b>4 – FNE VERDE</b>		
§ Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente	§ Promover o desenvolvimento de atividades ambientais produtivas e das demais atividades apoiadas pelo Banco no que se refere ao financiamento de itens de conservação e controle do meio ambiente, contribuindo para a competitividade das empresas em consonância com as normas de gestão ambiental.	<p>§ Controle, redução e prevenção da poluição; recomposição ambiental de áreas mineradas e de outras regiões degradadas; recomposição da reserva florestal legal e mata ciliar dos cursos d'água; elaboração de estudos de impacto ambiental; implantação de sistemas de gestão ambiental; outros.</p> <p>§ Produtores e empresas industriais, rurais e agroindustriais (pessoas físicas ou jurídicas), inclusive cooperativas e associações legalmente constituídas.</p>
<b>5 – PRONAF</b>		
	§ Proporcionar aos mini e pequenos produtores rurais e às suas entidades associativas financiamentos destinados ao desenvolvimento de suas atividades, inclusive nos imóveis objeto de projetos de assentamento ou de colonização elaborados ou aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	<p>§ Custeio de lavouras; investimentos; aquisição, transporte e aplicação isolada de calcário; preparo de área e solo, recuperação e conservação do solo; fundação e manutenção de culturas perenes ou de longa duração; etc.</p> <p>§ Pequenos e mini produtores rurais, individualmente ou através de suas associações/cooperativas integradas nos projetos de assentamento e colonização elaborados pelo INCRA.</p>

**Tabela 1A**

FNE 2003 – Contratações por Estados e por Setores <sup>(1)</sup>

Valores em R\$ mil correntes

Estados	Setor Rural	Setor Agroindust.	Setor Industrial	Setor Comercial	Total Estado	Estado/ Total (%)
Alagoas	8.361,1	3.418,3	13.293,7	3.076,8	28.149,9	2,8
Bahia	144.142,1	3.121,7	105.515,9	19.560,3	272.340,0	26,7
Ceará	70.356,4	11.674,5	195.958,6	9.303,0	287.292,5	28,2
Maranhão	66.776,0	647,3	14.620,5	9.614,5	91.658,3	9,0
Norte de Minas Gerais	18.569,8	0,0	1.185,5	1.688,2	21.443,5	2,1
Paraíba	11.784,9	144,4	36.323,9	14.922,6	63.175,8	6,2
Pernambuco	30.695,9	1.258,2	28.568,7	18.896,5	79.419,3	7,8
Piauí	37.486,0	139,0	992,7	4.663,3	43.281,0	4,2
Rio Grande do Norte	27.969,4	0,0	11.869,3	3.316,0	43.154,7	4,2
Sergipe	27.995,7	613,2	32.799,6	8.855,5	70.264,0	6,9
Norte do Espírito Santo	16.272,3	0,0	1.001,5	1.720,2	18.994,0	1,9
<b>Total</b>	<b>460.409,6</b>	<b>21.016,6</b>	<b>442.129,9</b>	<b>95.616,9</b>	<b>1.019.173,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão do Ativo e Informações e ETENE

Nota:(1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações em 2003, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

### Tabela 2A

#### FNE 2003 – Contratações por Estados e Setores na Região Semi-Árida <sup>(1)</sup>

Valores em R\$ mil correntes

Estados	Setor Rural	Setor Agroindust.	Setor Industrial	Setor Comercial	Total Estado	Estado/ Total(%)
Alagoas	3.898,3	1.897,9	5.292,5	826,6	11.915,3	4,1
Bahia	51.611,3	34,5	6.026,3	2.120,7	59.792,8	20,4
Ceará	21.351,7	493,7	90.887,0	2.478,6	115.211,0	39,3
Maranhão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Norte de Minas Gerais	6.888,5	0,0	343,3	575,6	7.807,4	2,6
Paraíba	6.806,3	0,0	1.961,7	6.403,8	15.171,8	5,2
Pernambuco	21.460,7	1.258,2	3.804,7	9.438,4	35.962,0	12,3
Piauí	10.417,1	130,0	236,9	465,8	11.249,8	3,8
Rio Grande do Norte	23.915,9	0,0	2.319,3	1.075,3	27.310,5	9,3
Sergipe	8.362,0	0,0	25,8	463,3	8.851,1	3,0
<b>Total</b>	<b>154.711,8</b>	<b>3.814,3</b>	<b>110.897,5</b>	<b>23.848,1</b>	<b>293.271,7</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão do Ativo e Informações e ETENE

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período em 2003, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

**Tabela 3A**FNE 2003 – Contratações por Estados e Setores Fora da Região Semi-Árida <sup>(1)</sup>

Valores em R\$ mil correntes

Estados	Setor Rural	Setor Agroindust.	Setor Industrial	Setor Comercial	Total Estado	Estado/ Total (%)
Alagoas	4.462,8	1.520,4	8.001,2	2.250,2	16.234,6	2,2
Bahia	92.530,8	3.087,2	99.489,6	17.439,6	212.547,2	29,3
Ceará	49.004,8	11.180,7	105.071,6	6.824,4	172.081,5	23,7
Maranhão	66.775,9	647,3	14.620,6	9.614,5	91.658,3	12,6
Norte de Minas Gerais	11.681,4	0,0	842,1	1.112,6	13.636,1	1,9
Paraíba	4.978,5	144,4	34.362,2	8.518,9	48.004,0	6,6
Pernambuco	9.235,2	0,0	24.763,9	9.458,2	43.457,3	6,0
Piauí	27.069,0	9,0	755,7	4.197,5	32.031,2	4,4
Rio Grande do Norte	4.053,5	0,0	9.550,0	2.240,7	15.844,2	2,2
Sergipe	19.633,8	613,2	32.773,8	8.392,1	61.412,9	8,5
Norte do Espírito Santo	16.272,3	0,0	1.001,5	1.720,2	18.994,0	2,6
<b>Total</b>	<b>305.698,0</b>	<b>17.202,2</b>	<b>331.232,2</b>	<b>71.768,9</b>	<b>725.901,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão do Ativo e Informações e ETENE

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações em 2003, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

**Tabela 4A**FNE 2003 - Saldo das Aplicações Acumulado por Estado e Zonas Climáticas  
Posição em 31.12.2003

Valores em R\$

Estados	mil		Total	
	Semi-Árido	Fora do Semi-Árido	Valor	%
Alagoas	325.684	467.294	792.978	6,6
Bahia	1.767.936	1.210.602	2.978.538	24,6
Ceará	1.205.983	545.949	1.751.932	14,5
Maranhão	0	808.616	808.616	6,7
Norte de Minas Gerais	463.797	444.842	908.639	7,5
Paraíba	420.700	283.752	704.452	5,8
Pernambuco	1.475.638	526.680	2.002.318	16,5
Piauí	383.699	571.817	955.516	7,9
Rio Grande do Norte	502.109	75.858	577.967	4,8
Sergipe	265.311	300.500	565.811	4,7
Norte do Espírito Santo	0	50.381	50.381	0,4
<b>Total</b>	<b>6.810.858</b>	<b>5.286.290</b>	<b>12.097.148</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria

**Tabela 5A**  
**FNE 2003 - Ativo, Comprometimentos e Disponibilidade por Zona**  
**Goeconômica**  
**Posição em 31.12.2003**

Especificação	mil		Valores em R\$	
	Zonas		Total Nordeste	
	Semi-Árida	Não Semi-Árida	Valor	% de (A)
Ativo Total (A)	7.791.880	7.791.880	15.583.759	100,0
Recursos Comprometidos (B)	7.143.623	5.544.567	12.688.190	81,4
- Recursos Aplicados	6.869.053	5.331.457	12.200.510	78,3
- Operações de Crédito	6.810.858	5.286.290	12.097.148	77,6
- Relações Interfinanceiras/Outros	58.194	45.168	103.362	0,7
- Recursos em Fase de Liberação	274.570	213.110	487.680	3,1
Disponibilidade a Alocar (C=A-B)	648.256	2.247.313	2.895.569	18,6
Demanda nas Agências (D)	386.253	299.793	686.046	4,4
Disponibilidade Livre (E=C-D)	262.004	1.947.520	2.209.524	14,2

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria

**Tabela 6A**  
**FNE 2003 - Nordeste e Região Semi-Árida: Área e População**

Estados	Nordeste				Semi-Árido (1)			
	Área (Km <sup>2</sup> )		População (2)		Área (Km <sup>2</sup> )		População (2)	
	Nº Absolutos	%	Mil Habit.	%	Nº Absolutos	%	Mil Habit.	%
Maranhão	333.366	19,9	5.651	11,2	0	0,0	0	0,0
Piauí	252.379	15,0	2.843	5,6	98.300	12,0	589	3,3
Ceará	146.348	8,7	7.431	14,6	113.199	13,8	3.581	19,9
Rio Grande do Norte	53.307	3,2	2.777	5,5	48.070	5,9	1.419	7,9
Paraíba	56.585	3,4	3.444	6,8	48.212	5,9	1.649	9,2
Pernambuco	98.938	5,9	7.918	15,6	84.130	10,3	3.035	16,9
Alagoas	27.933	1,6	2.823	5,6	11.896	1,4	765	4,3
Sergipe	22.050	1,3	1.784	3,5	9.426	1,2	391	2,2
Bahia	567.295	33,8	13.070	25,8	376.295	45,9	6.240	34,8
Norte de Minas Gerais	120.701	7,2	1.495	4,3	29.864	3,6	266	1,5
Norte do Espírito Santo	n.d.	n.d.	742	1,5	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>1.678.901</b>	<b>100,0</b>	<b>49.978</b>	<b>100,0</b>	<b>819.392</b>	<b>100,0</b>	<b>17.935</b>	<b>100,0</b>

Fontes: BNB – ETENE e IBGE

Notas: (1) Semi-árido constituído dos municípios nordestinos enquadrados pela SUDENE, para efeito de aplicação dos recursos do FNE, de acordo com a lei nº 7.827, de 27.09.89.

(2) População do Censo 2000. Para o Norte de Minas, Fundação João Pinheiro – MG.

**Tabela 7A**  
**FNE 2003 - Saldos de Aplicações por Unidade Federativa e Programa**  
**Posição em 31.12.2003**

Valores em R\$ mil

ESTADOS/ PROGRAMAS	Rural	Industrial	Agro- industrial	Turismo	Programas Especiais			Comercial	Total
					Programa da Terra	Outros- Rural	Outros- Industrial		
Alagoas	362.322	188.339	56.256	4.018	47.406	126.457	7.098	1.082	792.978
Bahia	1.407.506	347.733	506.934	51.769	62.710	580.936	11.854	9.096	2.978.538
Ceará	738.187	710.790	41.672	19.487	50.721	144.893	25.012	21.170	1.751.932
Norte do Espírito Santo	34.307	5.713	356	32	-	9.030	3	940	50.381
Maranhão	436.773	120.398	22.567	7.946	59.187	111.578	42.453	7.714	808.616
Norte de Minas Gerais	589.084	39.497	56.409	2.618	10.764	201.061	4.554	4.652	908.639
Paraíba	336.176	150.387	34.150	3.061	43.884	122.483	12.963	1.348	704.452
Pernambuco	803.133	655.287	93.474	15.384	61.232	348.108	11.111	14.589	2.002.318
Piauí	591.438	61.614	39.766	16.019	38.128	195.830	10.200	2.521	955.516
Rio Grande do Norte	352.576	51.434	25.832	19.288	32.139	85.376	2.618	8.704	577.967
Sergipe	310.079	52.303	20.418	16.997	40.997	92.267	26.159	6.591	565.811
<b>TOTAL</b>	<b>5.961.581</b>	<b>2.383.495</b>	<b>897.834</b>	<b>156.619</b>	<b>447.168</b>	<b>2.018.019</b>	<b>154.025</b>	<b>78.407</b>	<b>12.097.148</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria

**Tabela 8A**

FNE 2003 - Saldos de Aplicações por Unidade Federativa e Porte de Tomadores  
Posição em 31.12.2003

Valores em R\$ mil

<b>ESTADO/PORTE</b>	<b>Cooperativa/ Assoc.</b>	<b>Micro +mini</b>	<b>Pequeno</b>	<b>Médio</b>	<b>Grande</b>	<b>TOTAL</b>
Alagoas	73.162	327.653	107.509	66.379	218.276	792.978
Bahia	92.664	1.013.574	373.881	200.846	1.297.574	2.978.538
Ceará	222.720	449.767	206.146	287.295	586.003	1.751.932
Norte do Espírito Santo	0	24.800	6.865	12.005	6.711	50.381
Maranhão	85.597	234.177	100.862	79.628	308.352	808.616
Norte de Minas Gerais	76.177	361.135	182.213	146.092	143.023	908.639
Paraíba	62.666	275.094	110.659	77.694	178.338	704.452
Pernambuco	109.265	662.031	241.905	182.964	806.153	2.002.318
Piauí	77.147	406.857	156.095	113.516	201.900	955.516
Rio Grande do Norte	82.164	156.899	118.914	77.888	142.102	577.967
Sergipe	17.479	283.458	100.793	81.696	82.386	565.811
<b>TOTAL</b>	<b>899.041</b>	<b>4.195.444</b>	<b>1.705.842</b>	<b>1.326.004</b>	<b>3.970.817</b>	<b>12.097.148</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Gestão do Ativo e Informações

**Tabela 9A**

FNE 2003 - Saldos de Aplicações por Porte de Tomadores e Programa  
Posição em 31.12.2003

Valores em R\$ mil

Porte/ Programas	Rural	Industrial	Agroindustrial	Turismo	Programas Especiais			Comercial	Total
					Programa da Terra	Outros-Rural	Outros-Industrial		
Cooperativas/Assoc	519.319	13.947	32.432	0	116.756	138.797	77.790	0	899.041
Mini/Micro	1.998.911	82.868	3.064	8.050	231.204	1.767.793	75.399	28.155	4.195.444
Pequeno	1.173.021	168.629	65.745	66.997	99.208	111.429	836	19.977	1.705.842
Médio	749.148	448.200	72.313	39.087	0	0	0	17.256	1.326.004
Grande	1.521.182	1.669.851	724.280	42.485	0	0	0	13.019	3.970.817
<b>TOTAL</b>	<b>5.961.581</b>	<b>2.383.495</b>	<b>897.834</b>	<b>156.619</b>	<b>447.168</b>	<b>2.018.019</b>	<b>154.025</b>	<b>78.407</b>	<b>12.097.148</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Gestão do Ativo e Informações